

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Deborah Mendonça

**A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA POLÍTICA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO
BRASIL – DA HISTÓRIA À ATUALIDADE.**

Porto Alegre
2010

Deborah Mendonça

**A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA POLÍTICA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO
BRASIL – DA HISTÓRIA À ATUALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização em
Negociação Coletiva – modalidade a
distância, da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Antonio Pinheiro

Porto Alegre
2010

Deborah Mendonça

**A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA POLÍTICA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO
BRASIL – DA HISTÓRIA À ATUALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização em
Negociação Coletiva – modalidade a
distância da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de especialista.

Conceito final: B
Aprovada em: 02 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Generali da Costa – PPG /EA/UFRGS

Prof. Dr. Rogério Faé – PPG /EA/UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Ivan Antonio Pinheiro – PPG /EA/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Marilene Costa Mendonça e Mauro Mendonça, os melhores que um filho pode ter.

À minha querida avó, Zuleika Pierry Mendonça, que me deu os instrumentos com os quais eu consegui chegar até aqui.

Ao meu irmão Mauro Mendonça Júnior

Ao meu namorado Hermano Noronha Gonçalves Júnior, pelo incansável companheirismo e ajuda constante.

À minhas amigas Sueli Sieiro, Vivian Farkas Sodrê Gonçalves e Milca Inácio de Oliveira Pascoal por toda compreensão e ajuda.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivan Antonio Pinheiro, por me auxiliar com seu vasto conhecimento.

Ao Ministério do Planejamento que tornou possível a realização dessa Pós-Graduação.

À coordenação e todo corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelos ensinamentos, atenção e incentivo demonstrados durante o curso todo.

A Deus, por todas as anteriores.

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar a importância do papel exercido pela mídia na política de democratização das relações de trabalho no Brasil, junto aos conflitos decorrentes desta, a partir da ditadura militar até os dias de hoje. A metodologia utilizada foi o método exploratório, com abordagem qualitativa e quantitativa, com base em pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma coleta de dados no sítio do acervo digital da revista Veja, visando analisar as capas, respectivas reportagens e editoriais das edições que publicaram como assunto principal os conflitos trabalhistas. Ao final do estudo, pôde-se concluir que a revista dedicou grande atenção aos conflitos de trabalho no Brasil, mas que variou de acordo com o cenário político e econômico. À mídia é inerente o diálogo, próprio da democracia, e ao conquistar sua liberdade, passou a divulgar os fatos possibilitando a sociedade de ter conhecimento do que realmente se passava no país. Assim, ao realizar cobertura das principais greves e negociações ocorridas, trouxe ao conhecimento a importância que o bem estar do trabalhador representa para o país, em termos de desenvolvimento e paz social, contribuindo de maneira positiva na luta dos sindicatos, que resultou na democratização das relações de trabalho.

Palavras-chave: Relações de trabalho, democratização, negociação coletiva, mídia, censura, conflitos trabalhistas.

ABSTRACT

The objective of this study is to verify the importance of the role played by media in the democratization policy of work relations in Brazil, the resulting conflicts, since military dictatorship until the present time. The methodology was the exploratory method along with qualitative and quantitative approach based on bibliographic research. Digital data collection was obtained through the magazine "Veja" with the purpose of analyzing covers, articles and editorials, taking into consideration the editions whose main subject was work conflicts. By the end of the study it was deduced that the magazine devoted a lot of attention to the work conflicts in Brazil, varying according to the political / economic environment. Dialogue is inherent to media, to democracy, and from the moment it has been free, it has started to publish the news, allowing society to realize what was really happening in the country. Thus, covering the main strikes and negotiations, it showed the importance of what the worker welfare represents to the country, in terms of development and social peace, adding in a positive way to the unions fight, which resulted in the democratization of work relations.

Keywords: Relations work, democratization, collective negotiation, media, censorship, labor conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da revista Veja: edição n.º 471 de 14.09.1977.....	30
Figura 2 – Capa da revista Veja: edição n.º 507 de 24.05.1978.....	31
Figura 3 – Capa da revista Veja: edição n.º 508 de 31.05.1978.....	34
Figura 4 – Capa da revista Veja: edição n.º 522 de 06.09.1978.....	35
Figura 5 – Capa da revista Veja: edição n.º 551 de 28.03.1979.....	37
Figura 6 – Capa da revista Veja: edição n.º 552 de 04.04.1979.....	38
Figura 7 – Capa da revista Veja: edição n.º 556 de 02.05.1979.....	39
Figura 8 – Capa da revista Veja: edição n.º 557 de 09.05.1979.....	41
Figura 9 – Capa da revista Veja: edição n.º 558 de 16.05.1979.....	42
Figura 10 – Capa da revista Veja: edição n.º 570 de 08.08.1979.....	43
Figura 11 – Capa da revista Veja: edição n.º 572 de 22.08.1979.....	44
Figura 12 – Capa da revista Veja: edição n.º 583 de 07.11.1979.....	45
Figura 13 – Capa da revista Veja: edição n.º 604 de 02.04.1980.....	46
Figura 14 – Capa da revista Veja: edição n.º 605 de 09.04.1980.	47
Figura 15 – Capa da revista Veja: edição n.º 607 de 23.04.1980.....	48
Figura 16 – Capa da revista Veja: edição n.º 608 de 30.04.1980.....	49
Figura 17 – Capa da revista Veja: edição n.º 609 de 07.05.1980.....	50
Figura 18 – Capa da revista Veja: edição n.º 652 de 04.03.1981.....	51
Figura 19 – Capa da revista Veja: edição n.º 829 de 25.07.1984.....	52
Figura 20 – Capa da revista Veja: edição n.º 870 de 08.05.1985.....	54
Figura 21 – Capa da revista Veja: edição n.º 889 de 18.09.1985.....	55
Figura 22 – Capa da revista Veja: edição n.º 923 de 14.05.1986.....	56
Figura 23 – Capa da revista Veja: Edição n.º 954 de 17.12.1986.....	57
Figura 24 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.054 de 16.11.1988.....	58
Figura 25 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.055 de 23.11.1988.....	59
Figura 26 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.072 de 23.03.1989.....	60
Figura 27 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.394 de 13.05.1995.....	63
Figura 28 – Capa da revista Veja: edição n.º 2.002 de 04.04.2007.....	65
Figura 29 – Capa da revista Veja: edição n.º 2.014 de 27.06.2007.....	66
Gráfico 1 – Tratamento dos dados das tabelas 2, 3, 4 e 5.....	70
Gráfico 2 – Protagonistas das capas.....	71

Quadro 1 – Atenção dada pela mídia X Cenário político do país.....	68
Quadro 2 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1964 a 1978.....	72
Quadro 3 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1979 a 1989.....	72
Quadro 4 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1985 a 1989.....	75
Quadro 5 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1990 a 2010.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO PRINCIPAL FERRAMENTA.....	14
1.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA.	14
1.1.1 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS	15
1.1.2 FUNÇÕES.....	17
1.1.3 O PROCESSO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS	17
1.2 A INSERÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL	19
2 ABORDAGEM CONCEITUAL DA MÍDIA	22
2.1 CONCEITO DE MÍDIA.....	22
2.2 MÍDIA: O QUARTO PODER.....	22
3 O PAPEL DA MÍDIA NA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.....	26
3.1 ANÁLISE CONTEXTUAL	26
3.1.1 PARTE I [1964-1978] – REGIME MILITAR: OS ANOS DE CHUMBO	28
3.1.1.1 EDIÇÃO N.º 471 – 14.09.1977	30
3.1.1.2 EDIÇÃO N.º 507 – 24.05.1978.....	31
3.1.1.3 EDIÇÃO N.º 508 – 31.05.1978.....	33
3.1.1.4 EDIÇÃO N.º 522 – 06.09.1978.....	35
3.1.2 PARTE II [1979-1989] – RUMO À ABERTURA POLÍTICA	36
3.1.2.1 EDIÇÃO N.º 551 – 28.03.1979.....	36
3.1.2.2 EDIÇÃO N.º 552 – 04.04.1979.....	37
3.1.2.3 EDIÇÃO N.º 556 – 04.04.1979.....	39
3.1.2.4 EDIÇÃO N.º 557 – 09.05.1979.....	41
3.1.2.5 EDIÇÃO N.º 558 – 16.05.1979.....	42
3.1.2.6 EDIÇÃO N.º 570 – 08.08.1979.....	43
3.1.2.7 EDIÇÃO N.º 572 – 22.08.1979.....	44
3.1.2.8 EDIÇÃO N.º 583 – 07.11.1979.....	44
3.1.2.9 EDIÇÃO N.º 604 – 02.04.1980.....	46
3.1.2.10 EDIÇÃO N.º 605 – 09.04.1980.....	47

3.1.2.11 EDIÇÃO N.º 607 – 23.04.1980	48
3.1.2.12 EDIÇÃO N.º 608 – 30.04.1980	49
3.1.2.13 EDIÇÃO N.º 609 – 07.05.1980	50
3.1.2.14 EDIÇÃO N.º 652 – 04.03.1981	50
3.1.2.15 EDIÇÃO N.º 829 – 25.07.1984	51
3.1.3 PARTE III [1985-1989] – O BRASIL NO CAMINHO DA DEMOCRACIA	53
3.1.3.1 EDIÇÃO N.º 870 – 25.07.1985	54
3.1.3.2 EDIÇÃO N.º 889 – 18.09.1985	54
3.1.3.3 EDIÇÃO N.º 923 – 14.05.1986	55
3.1.3.4 EDIÇÃO N.º 954 – 17.12.1985	56
3.1.3.5 EDIÇÃO N.º 1.054 – 16.11.1988	57
3.1.3.6 EDIÇÃO N.º 1.055 – 23.11.1988	59
3.1.3.7 EDIÇÃO N.º 1.072 – 23.03.1989	60
3.1.4 PARTE IV [1990-2010] – DEMOCRACIA	61
3.1.4.1 EDIÇÃO N.º 1.394 – 13.05.1995	62
3.1.4.2 EDIÇÃO N.º 2.002 – 04.04.2007	64
3.1.4.3 EDIÇÃO N.º 2.014 – 27.06.2007	66
3.2 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
ANEXO 1: CAPAS, EDITORIAIS E REPORTAGENS DA REVISTA VEJA NA ÍNTEGRA	82

INTRODUÇÃO

Divergências entre trabalho e capital são inerentes às relações de trabalho próprias de uma sociedade capitalista, que precisam ser reguladas para que haja equilíbrio e paz social.

No Brasil, desde a Velha República, passando pela era Vargas e durante o regime militar, o Estado sempre atuou de forma intervencionista e centralizadora frente às questões trabalhistas, e dessa maneira, os sindicatos ficavam inertes, sob a égide do governo.

Mas a partir da década de 70, com o rumo de abertura política que estava tomando o país, os trabalhadores começaram a ganhar espaço e despontaram diversas manifestações sindicais.

Paralelo ao Estado, os meios de comunicação de massa, reconhecidos como “quarto poder”, em razão da força e do papel que exercem na sociedade, foram bastante atuantes frente aos movimentos grevistas que eclodiram, principalmente nos anos 80.

Sob essa ótica, a mídia tem papel fundamental no desenvolvimento de um povo e, por conseguinte da humanidade, particularmente em função da socialização da informação, da democratização do conhecimento e do direcionamento psicossocial.

Assim, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de aprofundar os estudos à respeito da importância da atuação da mídia durante principais conflitos trabalhistas no país, que resultaram, dentre várias conquistas, no direito à negociação coletiva, que se configura como a forma mais democrática de solucionar os conflitos oriundos das relações de trabalho.

Como objetivo específico buscou-se verificar por meio da mídia, com base nas notícias, o papel exercido por ela e a atuação dispensada aos protagonistas dos conflitos de trabalho noticiados.

Considerando o eminente valor que as condições de trabalho representam para a sociedade, a fim de trazer equilíbrio e paz social, entender sua trajetória - através da atuação da mídia, como fiscalizador e interlocutor da sociedade - o estudo ganha relevância.

A história dá a oportunidade rever os fatos, para entendê-los e evitar assim novos erros.

A metodologia utilizada neste estudo foi o método exploratório a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e coleta de dados no acervo digital da revista *Veja*, desde sua primeira edição em 1968, até o fim do segundo semestre deste ano.

Como delimitação escolheu-se para análise as reportagens que tratavam das questões das relações de trabalho no país, que foram assuntos de capa, considerando esta o primeiro elemento de atenção do leitor, e, portanto, o principal assunto da revista.

O trabalho apresenta-se dividido em três partes: a primeira tratou da abordagem conceitual e histórica das relações de trabalho no Brasil e da negociação coletiva como ferramenta democrática para solução de conflitos; a segunda parte fala da mídia e sua denominação de “quarto poder”; e por fim, na última parte foi realizado o estudo de caso da revista *Veja*.

1 A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO PRINCIPAL FERRAMENTA

As relações de trabalho têm como natureza um sistema de trabalho caracterizado pelo modo como se regulam as interações coletivas entre empregados e trabalhadores. Problemas oriundos destas relações são inerentes às sociedades capitalistas e exigem uma regulamentação para suprir esses problemas.

Segundo Jesus Carlos Delgado Garcia (1998, p. 85) as relações de trabalho são “um corpo de regras ou normas mais ou menos institucionalizadas, explícitas ou difusas, compartilhadas ou aceitas pelas partes envolvidas, que transitam entre esses dois extremos: a supressão coercitiva e a eliminação das raízes ou causas do conflito”.

No Brasil, tais relações tiveram uma trajetória bastante conturbada. Seu alicerce foi firmado sob circunstâncias que acompanharam vertentes ideológicas, disputas políticas e atividades legislativas referentes às normas do liberalismo econômico e da intervenção estatal. Além disso, foram edificadas sob fortes condições de autoritarismo gerencial, que resultou no enfraquecimento das organizações sindicais. (COSTA, 2005, p. 112)

1.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA.

A palavra negociação é definida por Braga (*apud* MISOCZKY, 2010, p.155) “como um processo em que as partes envolvidas se deslocam de suas posições originais, inicialmente divergentes, para um ponto no qual o acordo possa ser realizado”.

Situações de conflito, latentes ou explícitas, inerentes à negociação fazem parte do cotidiano, e exigem reciprocidade para se chegar a um consenso. Assim, o que a caracteriza é a busca de entendimento entre as partes a respeito de determinada questão. Se o resultado for um acordo, supõe-se ter havido explicitação

de pontos de vista ou de interesses, ter sido feita alguma concessão ou exigido algum tipo de contrapartida. Nem sempre, porém, negocia-se.

Quando os personagens envolvidos na negociação representam interesses de grupos sociais, o processo torna-se bem mais complexo, assumindo a forma de uma negociação coletiva.

Em uma abrangente definição, a Organização Internacional do Trabalho considera que:

[...] se entende por negociação coletiva (ou expressão equivalentes) não só as discussões que culminam num contrato (convenção ou acordo) coletivo conforme o define e regulamenta a lei, mas, além disso, todas as formas de tratamento entre empregadores e trabalhadores ou entre respectivos representantes, sempre e quando supunham uma negociação no sentido corrente da palavra. (*apud* KILLIAN, 2003, p. 15)

Alfredo J. Ruprecht (*apud* KILLIAN, 2003, p. 16) define e acrescenta que “[...] a negociação coletiva é a que se celebra entre empregadores e trabalhadores ou seus respectivos representantes, de forma individual ou coletiva, com ou sem intervenção do Estado para procurar definir condições de trabalho ou regulamentar as relações laborais entre as partes”

Ruprecht elucida ainda que o desfecho não precisa ser necessariamente um acordo para que se caracterize um negociação coletiva. Além disso, a participação do Estado também é prescindível, valendo a deliberação dos convenientes obedecendo à forma e prazo prescritos em lei. No entanto, é desejável e necessária uma intervenção estatal limitada, a fim de se manter o equilíbrio social e a paz nas relações de trabalho.

A negociação coletiva cumpre função social e política de grande importância, já que se configura no âmbito social como um instrumento de democratização de grande poder.

1.1.1 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS

O principal princípio concernente à negociação coletiva é o princípio da autonomia coletiva.

A palavra autonomia, em seu significado mais simples, consiste em liberdade. Dessa forma, não há negociação sem autonomia.

Segundo Carrasco (*apud* MISOCZKY, 2010, p. 11), tal princípio fundamenta a negociação e todos os mecanismos a ela conectados: a organização dos indivíduos que se expressa na liberdade sindical, na livre constituição e atuação dos sindicatos, e também no direito de greve.

Além disso, culmina no tripé formado pela sindicalização, greve e negociação coletiva, os quais estão indissolúvelmente conectados entre si, de modo que, se complementam para torná-lo efetivo:

O direito de auto-organização, articulado juridicamente mediante o reconhecimento da liberdade sindical, reforça a posição do sujeito que, por sua natureza coletiva, necessita a suficiente coesão interna para constituir um verdadeiro contrapoder social com capacidade negociadora. Com certeza é preciso ter presente que o poder do grupo tem como pressuposto sua organização. Disso se deduz que a eventual intervenção legal em matéria de negociação coletiva deve levar em conta, sempre, a conexão desta com a capacidade de auto-organização dos sujeitos negociadores. (CARRASCO *apud* MISOCZKY, 2010, p. 11)

Juntamente com autonomia coletiva, existem também outros princípios que regem a negociação coletiva de trabalho, dentre eles: a) Princípio da compulsoriedade negocial ou da inescusabilidade – a negociação deve ser sempre tentada, constituindo-se como um direito constitucional¹; b) Princípio da boa fé - que deve estar presente em todas as fases da negociação, não podendo se transformar em fonte de dissidência, devido à redação ambígua ou obscura; c) Princípio do acesso à informação – só é legítimo o processo com livre acesso às informações e transparência; d) Princípio da razoabilidade ou racionalidade – as partes devem agir conforme a razão e com moderação no que diz respeito às reivindicações, as quais devem ser factíveis com a realidade econômica do empregador; e) Princípio da paz social – harmonia e equilíbrio entre as partes; f) Princípio da igualdade – as partes devem se encontrar em iguais condições; g) Princípio do contraditório – o confronto de interesses é intrínseco ao processo negociação.

¹ Entretanto, com relação aos servidores públicos, o regime jurídico único e dos planos de carreira dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, não há menção explícita ao inciso XXVI da Art. 7º da carta Magna que determina a negociação coletiva como principal via para tratar dos conflitos.

1.1.2 FUNÇÕES

Existem ainda as funções inerentes à negociação coletiva classificadas por Stoll (*apud* MISOCZKY, 2010) em jurídicas e não jurídicas. As funções jurídicas desdobram-se em: a) Normativa: refere-se à complementação da lei; b) Obrigacional: que estabelece obrigações de direitos para os sujeitos participantes; c) Compositiva: que possibilita a autocomposição por parte dos interessados.

Já as não jurídicas desdobram-se em: a) Política: representa diálogo e equilíbrio entre as partes; b) Econômica: natureza dos pleitos que quase sempre é econômica; c) Social: inserção e participação dos trabalhadores; d) Participativa: quando há participação possibilita o aprendizado como experiência.

1.1.3 O PROCESSO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Em um processo de negociação coletiva, em primeiro momento, é necessário identificar os personagens envolvidos, a natureza das questões que estão sendo negociadas, os objetivos estratégicos e os meios utilizados pelas partes para conduzirem o processo de negociação

Ademais, é necessária também a presença do sindicato profissional, como representante legítimo da classe trabalhadora, de um lado, e o sindicato patronal (convenção coletiva de trabalho) ou a própria empresa (acordo coletivo de trabalho), de outro.

Segundo Lopes, (2010, p. 36) no processo de negociação coletiva não existe uma seqüência lógica: “Os autores, dependendo do referencial que assumirem, vão organizar as etapas dando ênfase a diferentes aspectos”.

Na visão de Júlio Lobos (*apud* LOPES, 2010) o processo é dividido em quatro etapas, sendo que as duas primeiras representam o planejamento e as outras duas representam a ação da negociação coletiva.

Referente ao planejamento, a primeira etapa o autor denomina de preliminar, a qual envolve essencialmente a organização dos recursos com que se conta para

negociar; e a segunda ele chama de aproximação, ou de sondagem, que é dedicada a definir, em conjunto com os representantes sindicais, as regras do jogo que prevalecerão durante a negociação e, de passagem, averiguar o que for possível sobre eles e a sua disposição ao encarar as negociações.

Já no que concerne à ação, a etapa inicial é a discussão, que consiste na apresentação, por parte dos dirigentes sindicais, do rol de reivindicações, e prossegue com a análise detalhada das mesmas, por parte dos negociadores, até fixar as suas respectivas posições em cada caso; e por fim, a etapa de encerramento, envolve a consolidação do conjunto de decisões decorrentes das discussões da etapa anterior numa proposta patronal que os representantes sindicais devem aceitar ou rejeitar “em definitivo”, responsabilizando-se pelas conseqüências deste ato.

O resultado dos processos de negociação nem sempre coincidem com a expectativa inicial das pessoas neles envolvidas e o desfecho de cada situação depende de vários fatores, entre os quais se destacam: os argumentos utilizados, a disposição das partes de ceder ou não e as experiências anteriores envolvendo esses ou outros personagens.

Considerando o caráter mais amplo da negociação, é comum que seus resultados afetem outros segmentos sociais da sociedade. Portanto, pode haver influência nas decisões das partes diretamente envolvidas no processo.

Outro assim, o processo de negociação coletiva, quando exitoso, se concretiza em instrumentos jurídicos denominados acordo coletivo, convenção coletiva e contrato coletivo, que são fontes formais de direito, cujo conteúdo tem aplicação cogente sobre os contratos de trabalho, pelo menos durante a vigência do instrumento. Esse processo pode, ainda, resultar em condições ou obrigações para os próprios sindicatos ou empresas convenientes. (PLENSACK, 2008)

Ao apresentar diferentes faces, a negociação coletiva se caracteriza como um processo complexo, que envolve elementos políticos, culturais, sociais, econômicos e estratégicos, além de possuir dimensões conflitivas e cooperativas, mas que se bem conduzida, só tem a trazer ganhos para todas as partes envolvidas.

1.2 A INSERÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL

Até o início de 1930, o sistema de regulação do trabalho no Brasil era regido com base na Constituição de 1891, que estabelecia o fim da liberdade de profissões e das atividades industriais. Até 1945, sob a presidência de Getúlio Vargas, foram incorporados, sob a égide de um Estado forte e centralizador, alguns decretos que passaram a regulamentar a exploração do trabalho, com um controle de ação direta dos sindicatos em troca de uma legislação minimamente protetora do trabalho. (BALDI, 2010)

Neste período, a Constituição de 1934 assegurou a autonomia e pluralidade sindicais, mas restringia a atuação destes. No entanto, mais tarde, com o golpe de 37, o decreto-lei de 1939 passou a estabelecer que os sindicatos só seriam reconhecidos pelo Estado, se este controlasse por completo suas atividades administrativas e políticas.

Em contrapartida, em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As empresas ficavam obrigadas às imposições legais elementares, baseadas em reivindicações de anos dos trabalhadores. Contudo, o estatuto era seletivo e excludente, já que só abrangia os trabalhadores urbanos. Nem os rurais, a maioria do país, nem os servidores públicos eram assegurados pela CLT. Com isso, o Estado delimitava o poder de atuação dos sindicatos e transferia a regulação dos conflitos trabalhistas para a Justiça do Trabalho.

Segundo Miranda (2010, p.1) a CLT dava certo caráter obrigatório à negociação coletiva para solução direta dos conflitos trabalhistas, especialmente no que diz respeito a sua composição, mas estas não evoluíram devido à interveniência do Estado na organização sindical e as leis de proteção ao trabalho, que induzia o trabalhador, ao invés de buscar a sindicalização e a negociação, a reivindicar medidas governamentais.

Durante todo o período de regime militar, apesar da forte repressão, a estrutura institucional sindical sobreviveu. Assim, no final dos anos 70 e década de 80, quando o país caminhava para a democracia, houve uma grande pressão dos trabalhadores para que ocorressem mudanças no sistema de relação do trabalho.

Neste período, com o início da abertura política e a consolidação de um parque industrial, principalmente no estado de São Paulo, os movimentos sociais voltaram gradativamente a ocupar papéis de importância na sociedade brasileira.

No campo das relações do trabalho, de um lado, os grupos de trabalhadores buscavam organizar-se em torno de suas entidades dando nova dinâmica ao movimento sindical. De outro lado, como resultado de seguidos anos de expressivo crescimento econômico, existiam empresas modernas em setores industriais ou mesmo de serviços. Nesse ambiente, a negociação coletiva tornou-se, desde então, paulatinamente indispensável ao andamento da relação capital-trabalho no Brasil.

Proporcionalmente a esse crescimento, as manifestações dos trabalhadores com lutas grevistas se intensificaram e também contribuíram no fortalecimento do movimento sindical do país, na qual os “pelegos” deram lugar a líderes mais atuantes.

Como resultado, aspectos de domínio das empresas passaram a ser discutidos, levando a alguns acordos coletivos e maior participação dos sindicatos nos espaços internos da organização, deslocando assim a resolução dos conflitos para o interior das empresas.

Mas foi somente no final da década de 1980, especialmente em São Paulo, que se iniciaram as atividades de estabelecimento da negociação coletiva como mecanismo sistemático para resolução de conflitos e democratização das relações de trabalho. A deflagração da luta para o estabelecimento da negociação coletiva e para a democratização das relações de trabalho teve como protagonistas principais os trabalhadores da saúde, bem como assessores e consultores ligados ao movimento sindical brasileiro.

Porém, foi na Constituição Federal de 1988², que se configurou, de fato, a transição para a democratização do país e do sistema de relações de trabalho. Nela foi finalmente instituído a liberdade sindical, elemento imprescindível para o tratamento de conflitos, pois é através dos sindicatos que se dá a interlocução válida, que possibilita o tratamento e composição dos conflitos da relação de trabalho.

² A Constituição Federal consagrou a negociação coletiva em vários de seus dispositivos (art. 7º, incisos VI, XIII, XIV, XXVI; art. 8º, inciso VI; e art. 114, §§ 1º e 2º), como forma de solução dos conflitos coletivos de trabalho, que se sobrepõe, inclusive, à solução jurisdicional dos conflitos (§ 2º do art. 114 da CF).

Entretanto, na opinião de Delgado, (2008, p. 71), nesse quesito ainda há o que evoluir, uma vez que apesar de afastar os traços mais marcantes do autoritarismo do velho modelo, a atual Carta Magna ainda preserva direitos notáveis da antiga matriz, como o sistema de unicidade sindical e o financiamento compulsório das entidades integrantes da estrutura sindical.

Em relação ao direito de greve, a Constituição conferiu um tratamento equilibrado no setor privado. Trabalhadores e patrões conhecem os limites a que estão sujeitos na esfera das relações de trabalho. Cumprir as normas legais não significa renunciar ao direito de greve, mas exercê-lo, como derradeiro recurso, no momento da negociação. No âmbito do serviço público, este também foi inserido, mas levanta diversos questionamentos por possuir ainda alguns aspectos legais que não foram totalmente definidos.

E por fim, a Constituição finalmente assegurou em vários de seus dispositivos, o direito à negociação coletiva, mas que somente foi destinada aos trabalhadores regidos pela CLT, não sendo estendido aos servidores públicos.

No entanto, muitos estudiosos o subentendiam implícito, uma vez que ao instituir o direito de auto-organização e o direito de greve, a negociação tornar-se parte inerente, formando um tripé.

Mas, felizmente, em 07 de abril do corrente ano, a Convenção 151³ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi aprovada pelo Congresso Nacional, garantindo o direito à negociação coletiva no serviço público.

Esta regulamentação denota mais um progresso da democracia brasileira e consolida mais uma importante mudança nas tratativas das questões trabalhistas.

³ A Convenção 151 normatiza as relações de trabalho na administração pública, em especial, no que diz respeito ao direito de organização, e prevê garantias às organizações de trabalhadores do setor público, bem como estabelece parâmetros para a fixação e a negociação das condições de trabalho, para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos. O texto da Convenção 151 pode ser encontrado na íntegra no sítio oficial da Organização Internacional do Trabalho <http://www.oitbrasil.org.br/normas.php>.

2 ABORDAGEM CONCEITUAL DA MÍDIA

Visto, ainda que brevemente, o processo de democratização das relações de trabalho no país, e a importância da negociação coletiva, na seqüência se faz necessário analisar o papel da mídia, pois é sabido que, se esta por um lado reporta os acontecimentos, de outro e em certa medida, os influencia ao formar a opinião pública.

2.1 CONCEITO DE MÍDIA

A mídia, palavra derivada do latim que significa meio, em um contexto geral pode apresentar vários significados: os meios de comunicação; os veículos de comunicação; a comunicação de massa; a área da publicidade responsável pela veiculação de anúncios; bem como os equipamentos de armazenamento de informações digitais. (TAHARA, 2004, p.1)

Cabe também ressaltar o conceito de imprensa, que é a designação coletiva dos veículos de comunicação que exercem o Jornalismo e outras funções de comunicação informativa, em contraste com a comunicação puramente propagandística ou de entretenimento.

Atualmente, constata-se que em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações. Assim, a mídia tem hoje fundamental responsabilidade no que divulga, tendo em vista seu poder de influenciar na formação de opiniões e comportamentos em toda uma sociedade. (THOMPSON, 1998. p. 19).

2.2 MÍDIA: O QUARTO PODER

É notável que a mídia exerce um papel fundamental na vida em sociedade, a ponto de ser considerada como uma espécie de “quarto poder”, uma vez que realiza não só o papel de informar, indo muito além disso: ela detém o poder de direcionar informações, cobrar atitudes de quem as deva, criar e solucionar polêmicas, além de mediar e intermediar diversos tipos de conflitos, ainda que indiretamente.

Cabe ressaltar que esse poder é fruto de conquistas históricas que garantiram a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, o que acabou por fortalecer esse sistema de informações que caminha paralelamente ao Estado, tornando-se um dos maiores e mais eficientes mecanismos sociais de controle em prol da sociedade.

Assim, em meio à rearticulação planetária, os sistemas infotelecomunicacionais afiguram-se como molas propulsoras de um modo de produção que se ancora na economia da informação. Esta se tornou fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia capital, configurando-se assim, como um dos grandes motivos que explica porque a mídia ganhou tal denominação. (MORAES, 1998, p.50)

Em uma perspectiva histórica nota-se que os detentores de autoridade sempre reconheceram que para controlar o público, precisam antes controlar a informação. E sob essa ótica, Ben H. Bagdikian (1993, p.14) afirma que:

Aquele que apossa primeiro da informação e das idéias detém o poder político – o poder de revelar ou ocultar, tornar públicas algumas partes e não outras, aguardar os momentos oportunos, predeterminar a interpretação do que é revelado. Não menos pajés, xamãs, reis e ditadores, os líderes da democracia têm ciúmes de seu poder sobre as idéias: são tão ávidos por controlar a informação, como são para controlar exércitos.

Prova disso foi o Regime Militar no Brasil, de 1964 a 1985, que configura com precisão a afirmação de Bagdikian. A censura aos canais de informação e a produção cultural foi intensa – tudo era acompanhado muito de perto pelos censores do governo. O objetivo principal era transmitir à população a idéia de que o país se encontrava na mais perfeita ordem, a ponto de obrigar a imprensa a ocultar a realidade pela qual o país passava.⁴

⁴ Ver parte 3, p. 25-76

Como se percebe, o controle da informação viola a ideologia democrática, a partir do momento que limita a liberdade de expressão e distorce a realidade. Sendo assim, uma das maiores conquistas históricas do Brasil se deu através da promulgação da Constituição de 1988, a qual garantiu aos cidadãos a liberdade de pensamento, que consta no artigo 5º da Carta Magna: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Este assunto, inclusive, foi recentemente tema de uma reportagem da revista *Veja* intitulada “A guerra à imprensa”, que trata da 65ª Assembléia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), realizada em novembro de 2009, na qual se discutiu o autoritarismo que vem ocorrendo na América Latina em relação à liberdade de imprensa, principalmente na Venezuela e no Equador, onde nos casos mais agudos os seus presidentes simplesmente mandam fechar jornais, emissoras de rádio e TV e sites que ousavam discordar das políticas governamentais.

Com relação ao Brasil, a revista afirma que a imprensa permanece livre, de acordo com o preceito constitucional, mas critica que esta vem sendo fustigada com freqüência e violência crescentes. Ela atribui explicitamente a culpa ao presidente Lula e ao sindicalismo:

Constranger a imprensa, domesticá-la e, se possível, calá-la serve àqueles que se empenham em banir a democracia representativa, uma conquista duramente conseguida e pacientemente lapidada pelos brasileiros. A imprensa livre é um obstáculo aos planos de poder permanente da casta de autocratas oriundos do sindicalismo, de partidos de esquerda e de suas respectivas adjacências fisiológicas. Por isso mesmo, que não passem em branco as luminosas palavras do ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, publicadas no dia 6, no *Diário da Justiça*. Ao lançar a última pá de cal sobre a Lei de Imprensa redigida durante a ditadura militar, ele escreveu: "Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, inclusive a procedente do Poder Judiciário. Ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do estado e da própria sociedade."⁵

Dessa forma, no que diz respeito ao poder da mídia, Bagdikian acredita que a esta se tornou uma autoridade que, a qualquer momento, dita o que é importante e o que é trivial. Em sua concepção, não existe força maior capaz de moldar assim a “cabeça” do público, mesmo que a força bruta só triunfa quando consegue gerar uma atitude de aceitação em relação aos brutos.

⁵ DUSEK, André. A guerra à imprensa. **Revista Veja**. São Paulo, 18 de novembro de 2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/181109/guerra-imprensa-p-014.shtml>. Acesso em 07.08.2010.

Corroborando esse argumento, Luhmann explica que (2005, p. 75) "Os meios de comunicação "manipulam" a opinião pública". Eles perseguem interesses que não são veiculados juntos. A liberdade da imprensa sempre pode incidir em sucesso comercial, promoção de opções ideológicas, apoio às tendências políticas e manutenção do *status quo* social.

Tal autor afirma ainda que, no âmbito jornalístico, as informações são apresentadas em forma de notícias e reportagens, supondo-se que estejam corretas, verdadeiras. No entanto, a imprensa tem o poder de direcionar a maneira como a informação é transmitida. Assim, o papel do jornalismo que é de informar imparcialmente, transmitir a notícia, acaba se perdendo. (2005, p. 55).

Nesse contexto, Hernandes (2006, p.17) elucida ainda que a relação entre autor e leitor, ouvinte e telespectador ou internauta não é de mera transmissão: "Comunicar, em todas as suas formas, não é apenas um meio inocente de transmissão de saberes, é principalmente a ação do homem sobre outros homens, criadora de relações intersubjetivas que geram e matem crenças que se revertem ou não em determinados atos".

Assim, diante da força adquirida ao longo dos anos e o alcance quase absoluto que a mídia tem de chegar a qualquer pessoa atualmente, tem-se que ela exerce o "quarto poder", tendo em vista seu poder de informar, cobrir situações, fiscalizar o Estado, bem como atuar e influenciar a todos os ramos da sociedade, seja no entretenimento, na moda ou na política.

3 O PAPEL DA MÍDIA NA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.

No processo da negociação coletiva, a sindicalização, a greve e a negociação estão indissolúvelmente conectadas entre si, representando aspectos parciais que complementam o princípio da autonomia coletiva para tornar a negociação coletiva efetiva.

Dentre esses mecanismos, a greve foi a principal arma dos trabalhadores como forma de manifestação frente as divergência entre o capital e o trabalho, e na opinião de Dias, (1984, p. 137) tal ferramenta apresenta inúmeras dimensões da realidade social: o lado econômico que, se reflete na disputa entre si; o lado político, o qual se manifesta nos objetivos de legitimação buscados pelas partes envolvidas; e por fim, o lado social, que emerge das causas e conseqüências do conflito ao nível do trabalhador e empresário.

A greve tem, além disso, sua dimensão junto à opinião pública. Os meios de comunicação de massa, os principais agentes formadores dessa opinião, funcionam também, como um grande articulador dos principais protagonistas dos acontecimentos relacionados à greve.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo verificar a importância que a mídia representou ao noticiar as questões trabalhistas, levando em consideração o cenário político e econômico vivenciado pelo país desde o Regime Militar – quando emergiram os principais movimentos sindicais responsáveis pelas conquistas trabalhistas no país, até os dias atuais – que fruto desta luta instituiu a negociação coletiva como importante ferramenta para soluções democráticas e pacíficas nos conflitos derivados das relações de trabalho.

3.1 ANÁLISE CONTEXTUAL

Para realização da pesquisa, a revista Veja foi escolhida entre os demais veículos de comunicação, tendo em conta as seguintes razões básicas: 1) alta

tiragem do veículo – o primeiro exemplar analisado de 1977 contava com 272.500 tiragens, e a última, de 2007, 1.222.897 exemplares; 2) São 8.777.000 leitores, que representam o principal grupo de consumidores do Brasil (classe social: A – 28%, B – 46%, C 23%, D – 3%; faixa etária: 10 a 19 anos – 14%, 20 a 29 anos – 24%, 30 a 39 anos – 22%, 40 a 49 anos – 18%, acima de 50 anos – 23%; sexo: homens – 47%, mulheres – 53%; nível de instrução: o índice de leitores que possuem escolaridade superior e pós-graduação é 240% maior que a média da população; renda individual: o índice de leitores que possuem renda individual acima de R\$ 4.500,00 é 356% maior que a média da população; renda familiar: o índice de leitores que possuem renda acima de R\$ 9.000 é 369% maior que a média da população.); 3) única revista presente até hoje que possui acervo digital com todas as edições na íntegra.⁶

De tudo isto resulta que Veja é difusora de informação e de idéias que afeta a forma de pensar e de agir dos leitores, sendo, portanto, importante formadora de opinião pública.

Todo material recolhido da revista foi analisado tendo em vista as técnicas de análise de conteúdo quantitativas e qualitativas.

Para delimitação da pesquisa, optou-se por analisar separadamente as reportagens concernentes às questões trabalhistas, que foram capa da revista desde a primeira edição em 11 de julho de 1968 a 28 de julho de 2010, com atenção total ou parcial. Além disso, no material publicado nas páginas internas qualificou-se também todo o espaço dedicado aos editoriais.

A capa foi determinada por ser considerada o principal assunto da revista. De acordo com Ribeiro (2007, p. 442), ela é a apresentação da revista nas bancas e funciona para o público como o primeiro elemento de atração e de julgamento.

Assim, entende-se que para figurar a capa, o assunto é o mais importante da revista e de grande interesse da população.

Como característica de diagramação, a revista tem publicações que utilizam o recurso de várias chamadas na capa, e outras vezes, privilegiam apenas uma única informação, dependendo da importância e impacto da matéria principal. Em geral, apresenta um noticiário interno em forma simples, em três blocos uniformes de composição compacta, obedecendo a um layout rigoroso e padronizado.

⁶ Dado extraído de <http://veja.abril.com.br/idade/publiabril/midiakit/index.shtml>. Acesso em 07.10.2010

Sua grande expressão gráfica está na capa, onde o artista gráfico exhibe sua criatividade traduzindo na caricatura ou na montagem os elementos-chave que chamam a atenção do leitor para o assunto principal contido em suas páginas internas. (SILVA, p. 54).

Referente à “Carta ao Leitor”, que representa o editorial da revista, este espaço foi escolhido por não tem caráter informativo como as reportagens. Desse modo, foi possível visualizar a opinião dos editores e analisar se esta exercia algum tipo de influência no decorrer das reportagens.

Para melhor compreensão, a análise foi dividida em quatro partes históricas, separadas por governo. Dessa forma é possível visualizar de maneira mais dinâmica o cenário em função das características econômicas e políticas inerentes a cada um deles.

Além disso, para verificar o posicionamento da mídia, foram citados trechos que evidenciam o favorecimento a algum dos protagonistas.

Todas as capas e reportagens analisadas neste trabalho podem ser visualizadas na íntegra no Anexo 1, p. 83, disponibilizado em CD. Todas extraídas do acervo digital do sítio <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

3.1.1 PARTE I [1964-1978] – REGIME MILITAR: OS ANOS DE CHUMBO

Quando Jânio Quadros renunciou a presidência, em 1961, instaurou-se no Brasil uma crise política, que se agravou, quando seu vice João Goulart assumiu o cargo, com uma proposta reformadora na qual as organizações sociais ganharam espaço, causando a preocupação das classes conservadoras.

Seu governo foi marcado por protestos dos partidos de oposição que o acusavam de estar planejando um golpe de esquerda e de ser o responsável pela carestia e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava.

O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia, e no dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. Para evitar uma guerra civil, João Goulart deixa o país refugiando-se no Uruguai. Os militares tomam o poder.

Castello Branco (1964-1967), general militar, foi eleito pelo Congresso

Nacional presidente da República em 15 de abril de 1964 e em seu pronunciamento, declarou defender a democracia, porém ao começar seu governo, assume uma posição extremamente autoritária.

Paradoxalmente, o começo da era da comunicação no Brasil iniciou-se em 1960, impulsionado pela recente construção de Brasília e pelos militares no ano de 1964, os quais pregaram a censura durante todo o Regime Militar.

Nesse período, dois fatores foram decisivos para esse fortalecimento: a inauguração da TV Globo em abril e a criação da empresa brasileira de Telecomunicações, Embratel, em setembro de 1965. Outro marco importante se constituiu também com surgimento do Jornal Nacional, em 1^o de setembro de 1969, pois foi o primeiro telejornal transmitido em rede nacional no país. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 17)

A época mais crítica para a mídia foi a censura que ocorreu na em 1968, após o general Emílio Garrastazu Médici ser eleito pela Junta Militar. Esse período de maior repressão ficou conhecido como “Anos de Chumbo”. Na ocasião houve a decretação do Ato Institucional n.º 5⁷ e a pressão sobre os meios de comunicação foi a mais intensa, proibindo diversos assuntos ao longo dos anos 70. A justificativa do governo era que a idéia de ocultar fatos era essencial à segurança da nação.

Somente treze anos após o golpe de 1964, voltou a ser possível falar sobre redemocratização, a qual a liberdade é o ponto central. E nesse contexto, insere-se de maneira inerente a liberdade dos trabalhadores de se organizarem em classes, exercendo como função principal a representação de sua categoria e a defesa dos interesses no plano da relação de trabalho e até mesmo, em plano social mais largo (DELGADO, 2008, p. 85).

Em setembro de 1977, os metalúrgicos de São Paulo conseguiram uma grande vitória: discutiram pela primeira vez com os ministros das áreas econômicas e trabalhistas, em uma reunião em Brasília, uma ampla pauta de reivindicações que não tratavam apenas de correção salarial, mas principalmente da liberdade sindical

⁷ O Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar em 1964, sobrepondo-se à Constituição de 24, de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais. Dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Algumas de suas principais medidas foram: fechar o Congresso Nacional por tempo indeterminado; autorizar intervenção nos estados e municípios, legislar por decreto-lei; determinar censura prévia, que se estendia à música, o teatro e ao cinema; suspender o habeas corpus para crimes políticos. O texto na íntegra pode ser encontrado no sítio do Senado Federal: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>

completa com o restabelecimento da negociação bilateral entre patrão e empregado para resolver disputas salariais e o amplo direito de greve.

3.1.1.1 EDIÇÃO N.º 471 – 14.09.1977

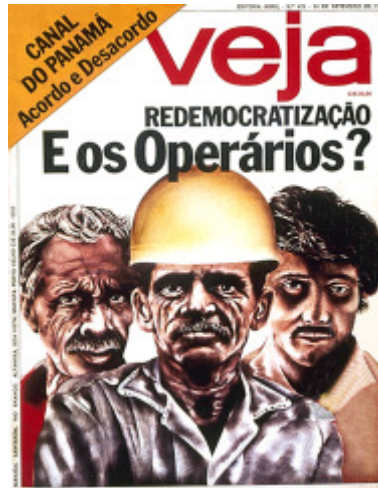


Figura 1 – Capa da revista Veja: edição n.º 471 de 14.09.1977.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A primeira capa da revista *Veja*, desde sua criação em 1968, a qual se relaciona às questões de relação do trabalho no Brasil, foi estampada pela figura de três operários junto à manchete “Redemocratização: e os operários?”.

Na Carta ao Leitor (p. 19), é indagada a posição a ser ocupada na nova ordem social pelo operariado que dava a vida ao parque industrial do país, e na visão do editor, é clara sua manifestação a favor da liberdade sindical: “O estado de direito, parece razoável concluir, deverá incluir sindicatos livres da tutela do Ministério do Trabalho, aptos a negociar com as respectivas entidades patronais os salários mais convenientes, e eventualmente, até mesmo capazes de mobilizar seus associados para movimentos de massa em defesa de suas reivindicações” (p. 19).

A matéria da capa, “A questão operária” (p. 20-26), fala do encontro dos metalúrgicos com o governo, que foi caracterizada pela clara oposição de atitudes frente à proposta da liberdade sindical pleiteada. Através de entrevistas, o texto desenrola as diferentes visões dos líderes sindicais e do governo sobre o assunto e conclui que, ao contrário do que este prega, principalmente nos grandes centros urbanos, já há amadurecimento para se tratar da reformulação da política sindical.

Apesar de o país ainda estar sob regimento do Ato Institucional-5, que acabou

com a liberdade de expressão e a representação política, a revista faz uma ampla cobertura e inclusive se manifesta a favor dos trabalhadores, como se pôde observar na citação da Carta ao Leitor.

Evidencia-se, portanto, que a mídia exerce um papel de grande importância no que diz respeito à formação de opinião, tendo o poder de influenciar, ainda que indiretamente, os rumos que uma negociação pode tomar.

3.1.1.2 EDIÇÃO N.º 507 – 24.05.1978



Figura 2 – Capa da revista Veja: edição n.º 507 de 24.05.1978.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

O forte sindicalismo que se iniciou em 1978 é considerado como um dos propulsores para que o Estado de São Paulo ganhasse espaço nos noticiários, inclusive, citado no livro “Jornal Nacional: a notícia faz história” como um dos principais momentos históricos do jornalismo.

Na época, ocorreu a primeira greve dos metalúrgicos no ABC Paulista (região da grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema), uma das maiores e mais polêmicas. Nesta ocasião, a imprensa era repreendida pelo Regime Militar, sob a presidência do General Ernesto Geisel, e o referido livro relata que a equipe de jornalismo sofreu restrições para fazer a cobertura das paralisações:

A primeira greve começou em 12 de maio de 1978, com 2.500 metalúrgicos na Saab-Scania de São Bernardo do Campo. Os trabalhadores reivindicavam um aumento de 20%, além dos 39% aprovados para o mês

de abril daquele ano [...] Os militares ordenaram uma cobertura leve, sem som ambiente e sem dar voz às lideranças sindicais. Isso provocou um grande descontentamento dos metalúrgicos, e a reação de algum deles chegou a ser violenta. Grevistas ameaçaram incendiar a Rede Globo em São Paulo e chegaram a virar um a caminhonete da reportagem da emissora. Tramontina comenta: "Nós recebíamos da nossa chefia uma determinação de cobrir jornalisticamente. Então, nós íamos, fazíamos a reportagem, mostrávamos tudo, entrevistávamos os metalúrgicos, entrevistávamos os líderes sindicais. E à noite, nos nossos telejornais de rede, que eram os mais importantes, especialmente o Jornal Nacional, ia ao ar uma nota coberta de 20 segundos. Armando argumenta que, naquele momento, a abertura era ainda um fato muito recente no quadro político nacional e que a CGJ se encontrava numa posição difícil: "A gente nunca podia perder de vista o fato de que a televisão era uma concessão de serviço público a título precário. A qualquer momento, podiam nos tirar. E isso era um elemento de pressão que eles usavam muito em determinadas situações. Roberto Marinho contornava umas, mas outras eram muito difíceis de contornar. (2004, p.58)

No trecho acima, nota-se explicitamente a manipulação da mídia pela Ditadura. O intuito de informar com imparcialidade é substituído por uma forte imposição. Nesse contexto Bagdikian (1993, p.14) afirma que o poder da mídia é um poder político, e esta é responsável por criar a base da informação e dos valores políticos populares a partir da qual são traçadas todas as principais diretrizes públicas: "num mundo de múltiplos problemas onde a diversidade de idéias é essencial para que se possam encontrar soluções decentes, um sistema de informação controlado, inibido por interesses próprios e uniformes, constitui um primeiro e imortal inimigo."

O sindicalismo sofria nessa época forte intervenção federal reprimidas por forças policiais e exército e os representantes eram vigiados pelas delegacias regionais do Ministério do Trabalho, sem nenhuma autonomia política e administrativa.

A revista Veja realizou a cobertura da referida greve, concedendo capa sobre o assunto duas semanas após o início das paralisações. Na reportagem da edição n.º 507 de 24.05.1978, a revista declara que recebeu um telefonema proibindo de informar o que estava se passando:

Censura [...] No final da tarde de terça-feira passada, por exemplo, as rádios e televisões do país receberam telefonemas pouco usuais nos últimos meses. "O Departamento de Polícia Federal informa que está proibida a divulgação de qualquer notícia sobre movimento grevista", avisava uma voz que, em São Paulo, identificou-se com dona Suzana. (p. 91).

Apesar de não ser o destaque principal da capa, esta tinha um chamariz na

cor vermelha, no canto superior, intitulado “Greve: O Primeiro Teste” (vide figura 1), e cinco páginas de reportagem. Além disso, a revista ainda se referia à greve do ABC na “Carta ao Leitor” (p. 19), apoiando o movimento: “[...] Greves nas fábricas do ABC? Que continuem – mesmo porque elas merecem a tolerância de políticos e até dos expoentes das que nos anos 50 eram chamadas de “classe conservadoras”.”

Na matéria pôde-se constatar que a revista informava de maneira quase imparcial os acontecimentos que acometeram a greve. Ao contrário do que foi imposto à Rede Globo, constam entrevistas com sindicalistas, incluindo o presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo na época – Luís Inácio Lula da Silva⁸; com empregadores; bem como algumas declarações de anônimos do governo.

No caso da repressão enfrentada pela TV Globo, o fato pode ser explicado pela declaração no livro Memória Globo que fala do medo da emissora de perder a concessão do governo, sofrendo várias pressões e ameaças. Já a revista Veja não pareceu intimidada. Nesta época, o Governo Geisel, já em transição rumo à democracia, diminuiu a severa ação da censura sobre os meios de comunicação.

3.1.1.3 EDIÇÃO N.º 508 – 31.05.1978

⁸ O sindicato dos Metalúrgicos e Luís Inácio Lula da Silva ganharam surpreendente notoriedade, sendo este descrito por grande parte da imprensa como o legítimo representante não comunista da classe trabalhadora. Lula de repente, tornou-se o mais conhecido líder trabalhista desde 1945. Os comentários da imprensa lembravam que quanto mais o governo se aproximava da redemocratização tanto mais se imponham processo de negociação entre o capital e o trabalho. A abertura política foi usada, portanto, para justificar o ativismo sindical e a resposta do governo foi a melhor evidência de suas verdadeiras intenções. (SKIDMORE, 1988, P.401)



Figura 3 – Capa da revista Veja: edição n.º 508 de 31.05.1978.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Na semana seguinte, a revista mais uma vez dedicou uma capa, a primeira inteiramente sobre o movimento grevista desde sua primeira edição datada de 11.09.1968, e na ocasião sobre as greves das fábricas do ABC Paulista. Nela há o desenho de um operário de braços cruzados e a seguinte manchete: “Fábricas paradas, negociações diretas: A agonia da Lei da Greve” (Vide figura 2).

Com duas semanas consecutivas a greve estampa a capa da revista Veja. Isso mostra como os trabalhadores ganharam força e como os conflitos trabalhistas necessitavam de uma regulação urgente.

Nesta edição, a reportagem, com seis páginas, é o assunto mais importante da revista com o título “Em paz, mas em greve”, na qual esta é colocada como um mal necessário, que transgrediu a Lei da Greve (Lei n.º 4.330, de 1º de junho de 1964) e provou que esta se tornava obsoleta, necessitando assim de novas normas para a negociação salarial.

A Lei da greve instituía em seu artigo 1º que o direito de greve era reconhecido pelo artigo 158 da Constituição Federal, mas que deveria obedecer todo um processo com intervenção sindical. No entanto, na ocasião os sindicatos estavam sob a tutela do estado e não tinham poder de representação. Assim, a greve do ABC foi articulada pelos próprios trabalhadores, sendo a primeira em 10 anos após a instituição da promulgação do AI-5. Os trabalhadores não só conseguiram os reajustes salariais, como também ajudaram a transformar a relação capital/trabalho, iniciando uma nova organização sindical e ajudando no processo de redemocratização do país.

3.1.1.4 EDIÇÃO N.º 522 – 06.09.1978



Figura 4 – Capa da revista Veja: edição n.º 522 de 06.09.1978.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Durante todo o ano de 1978 eclodiram greves em todo o país. Em 06 de setembro de 1978, Veja dedicou à edição n.º 522 grande atenção ao assunto. A capa tem como manchete o título “Podemos conviver com as greves?” (Vide figura 2). No corpo da de eleições presidenciais. Referente à greve, nesta matéria comenta-se brevemente que revista, há duas reportagens. A primeira (p. 21-22) falava sobre questões políticas, já que faltavam seis meses para acabar o mandato do general Geisel e o governo estava na iminência estas começaram a despontar no cinturão industrial de São Paulo configurando-se como uma ameaça para a candidatura do general João Baptista Figueiredo.

A segunda é a reportagem da capa: “Vivendo com as greves”, a qual tem seis páginas dedicadas às paralisações, que estavam deixando de ocorrer apenas nas fábricas e começavam a migrar para os setores ligados aos serviços urbanos. Nesta perspectiva, a greve não mais passa a ser aclamada, como a do ABC, pois quem começa a sofrer os impactos são os cidadãos. Foram constatadas greves dos bancários, professores, médicos e eletricitários. Além disso, boatos de paralisações transtornavam o dia-a-dia dos habitantes de São Paulo. Em um deles, rumores de que os postos de gasolina iriam parar de trabalhar resultaram num caso de histeria coletiva, com filas quilométricas nos postos a fim de garantia de combustível.

Em ambas as reportagens e considerando o destaque de capa, percebe-se a importância que os conflitos trabalhistas começaram a representar na sociedade e

a falta de um instrumento, como a negociação coletiva, para servir de alternativa à greve como um meio democrático e pacificador para regular as relações de trabalho.

Em relação à mídia, percebe-se neste período que, com amenização da censura, a população passa a ter noção do que realmente se passava no país. Apesar de ser clara a mudança de opinião em relação à greve na Carta ao Leitor, ao longo dos textos a revista *Veja* demonstra imparcialidade noticiando a real situação, não havendo sinais de manipulação e influência de opinião. Segundo Luhmann: “Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos o sabemos pelos meios de comunicação.” (2005, p.1).

Assim, as notícias despertaram na sociedade o poder da greve frente ao governo como uma poderosa ferramenta na luta por melhores condições de trabalho.

3.1.2 PARTE II [1979-1989] – RUMO À ABERTURA POLÍTICA

Em 1979, mais de 12.000 greves tomam conta do Brasil. Neste momento o país encontra-se sob a Presidência do general João Batista Figueiredo, e não vive mais regido pelo AI-5, extinto por Geisel e deixou de vigorar em 1º de janeiro deste ano. Aqui se pode concluir que sem a censura, os fatos anteriormente considerados pelo governo, que deveriam ficar omissos para manter a ordem pública, disseminaram-se muito rápido com a veiculação na mídia. As greves que até então tiveram início nas fábricas do ABC Paulista, e posteriormente algumas categorias, passaram também a acometer o funcionalismo público.

Somente neste ano, a revista *Veja*, concedeu capa ao assunto oito vezes, o que demonstra o enorme impacto que as paralisações estavam causando à população, não só em transtornos cotidianos, mas também na política e na economia do país.

3.1.2.1 EDIÇÃO N.º 551 – 28.03.1979

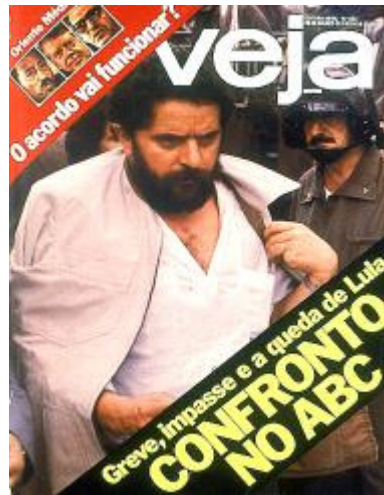


Figura 5 – Capa da revista Veja: edição n.º 551 de 28.03.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição, n.º 551 de 28.03.1979, apresentou em sua capa uma foto de Lula, o principal ícone das greves do ABC Paulista, com a manchete: “Greve, Impasse e a queda de Lula: confronto no ABC. O assunto é citado na seção Brasil, numa reportagem intitulada “Questão de autoridade” (p. 20-23), na qual a greve que mobilizava 180.000 operários parando grande parte das fábricas era o principal desafio do recém instalado governo do General João Baptista Figueiredo, que decretou sua ilegalidade e conseguiu frustrar o movimento.

Na reportagem da capa (p.116-124), com dez páginas, “Dias de intervenção” a revista noticia que por ter malogrado o acordo entre os grevistas e empresários, o governo resolveu intervir, obrigando Lula a se afastar da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que voltou para a tutela do Estado, junto com mais outros dois sindicatos dos metalúrgicos. Este foi o mais grave e rude confronto trabalhista pós-1964, que contou também com violência entre metalúrgicos e policiais.

3.1.2.2 EDIÇÃO N.º 552 – 04.04.1979



Figura 6 – Capa da revista Veja: edição n.º 552 de 04.04.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição seguinte de Veja (n.º 552 de 04.04.1979) dedicou capa com a manchete: “O governo e os sindicatos – diálogo depois do castigo”. Nela, havia uma imagem do então referido Ministro do Trabalho (responsável formal pela intervenção nos sindicatos conforme noticiado na edição anterior) com uma clava escondida e um aparelho de amplificação de som na orelha, que se prontificou a conversar com os sindicalistas depois de puni-los.

Além disso, a capa conta com mais um destaque no canto superior esquerdo, com outra manchete: “As lições da greve”.

Segundo o editor, na Carta ao Leitor (p. 19), poucas coisas na época mudaram tanto e tão rapidamente quanto a questão operária:

Até pouco tempo atrás, não muito mais que um ano, atividade sindical era uma questão de polícia, greve fazia parte da família dos atos de subversão e militantes mais agressivos, em matéria de autoridade só falavam com delegados do DOPS ou oficial dos DOI-CODI” [...] Hoje o governo e a sociedade descobrem que os sindicatos, goste-se ou não deles, fazem parte – e uma parte importante – da vida nação. As greves passaram a ser olhadas por um prisma totalmente diverso. “E líderes sindicais, mesmos depostos, conversam com ministros de Estado. (p.19).

A reportagem de capa tem o título: “Depois do confronto” (p.20-24) e “Como a greve acabou” (p. 26-29), informa que depois da punição o governo se oferecia para conversar e debater uma nova legislação trabalhista.

Lula se reuniu diversas vezes com os líderes do governo para decidir as questões trabalhistas para negociar a suspensão da intervenção dos sindicatos e uma solução em 45 dias, que se referia a uma reformulação da Consolidação das

Leis do Trabalho.

Assim, o líder sindical convenceu os trabalhadores a retornarem às fabricas sem nenhuma reivindicação atendida e ainda foi aclamado por eles. Segundo a revista a “queda” o fortaleceu ainda mais.

Quanto às lições da greve mencionadas na capa, a matéria disse que o governo ficou ciente da necessidade de desenvolver políticas trabalhistas eficazes e percebeu que nenhuma sociedade poderia ser estável com salários injustos, considerando a massa importante dos operários na nação. Além disso, o país dificilmente suportaria viver com reivindicações irrealis e greves usadas para resolver as questões trabalhistas como medida de força a todo o momento.

Percebe-se nas matérias que a Veja passa aos leitores a necessidade urgente da regulamentação da lei dos trabalhos para intermediar a relação entre empresários e operários de maneira pacífica e reduzir assim a necessidade de usar a greve por qualquer motivo, como estava acontecendo no país.

3.1.2.3 EDIÇÃO N.º 556 – 04.04.1979



Figura 7 – Capa da revista Veja: edição n.º 556 de 02.05.1979.
 Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição n.º 556 da revista Veja, de 02.05.1979 tem como manchete de capa “Os testes de 1º de maio”, tratando dos conflitos trabalhistas.

Na “Carta ao Leitor” (p. 19) fala-se da banalização da greve, na qual o editor opina que apesar da greve ser um direito legítimo, deve ser feita com

responsabilidade. Além disso, fala da necessidade de se criarem mecanismos capazes de separar a ordem reivindicatória de um possível movimento anárquico e desordenado que nada tem a ver com a democracia.

Nesta edição, são dedicadas dez páginas (p. 20-29), demonstrando o momento importante que a greve representava no país, divididas em três matérias. A primeira: “O país agüenta isso?” (p.20-22) relatava o momento de grande eclosão das greves. Na ocasião encontravam-se paralisados 2.000 funcionários públicos em São Paulo, 12.000 professores em Brasília e estava na eminência de cruzar os braços milhares de professores no Rio de Janeiro e 180.000 metalúrgicos no ABC Paulista, este último dando continuidade ao mais rumoroso movimento desde 1964. Na ocasião a greve foi definida pela revista como “moda”. Em entrevistas os governantes acreditavam que isso era algo passageiro e que não pretendiam intervir em nenhum Estado.

Na segunda matéria: “A espera do cansaço” (p. 22-25), a revista fala da dificuldade de não haver acordos e concessões de ambos os lados, e as conseqüências caóticas para população, principalmente na prestação de serviços públicos. E por fim, na última reportagem: “Agora os operários” (p. 26-29), falava-se que em comemoração ao dia dos trabalhadores cinqüenta e seis sindicatos paulistas, cerca de 150.000 pessoas, iriam se reunir no estádio de futebol em São Bernardo e em outros Estados, para defender o direito da greve, a garantia de emprego, a liberdade sindical e um salário mínimo único.

É possível perceber que os movimentos grevistas estavam, em geral, sendo guiados por líderes inexperientes pelo fato de não haver liberdade para os sindicatos exercerem o devido papel que lhes cabiam na sociedade.

Neste ano de 1979, com base nas reportagens acima, nota-se também o surgimento do “Novo Sindicalismo” que não se exterioriza pela mera manifestação retórica. Desde 1978 que movimentos de greves, até então inimagináveis, surgiam no país. Como resultado a maioria dos trabalhadores conseguiu aumentos acima dos índices de reajustes fixados pelo governo. Os sindicatos estavam ressurgindo após 15 anos de opressão. Com isso, as próprias empresas estariam requerendo uma nova CLT para facilitar o entendimento entre empresas e empregados.

As matérias demonstram que a revista se posiciona neutramente, expondo o lado dos trabalhadores que pediam reivindicações salariais justas, criticando os

grupos que faziam solicitações sem fundamentos e expondo a falta que fazia as interferências dos sindicatos na época sem autonomia e controlados pelos governantes. Também demonstra o lado do governo dizendo que é impossível de atender todas as reivindicações de uma só vez.

Percebe-se, mais uma vez, que ainda que indiretamente, a mídia direciona a opinião pública a favor de um maior equilíbrio nas negociações de trabalho, com sindicatos fortes o suficiente para poder defender os interesses dos trabalhadores frente ao governo.

3.1.2.4 EDIÇÃO N.º 557 – 09.05.1979

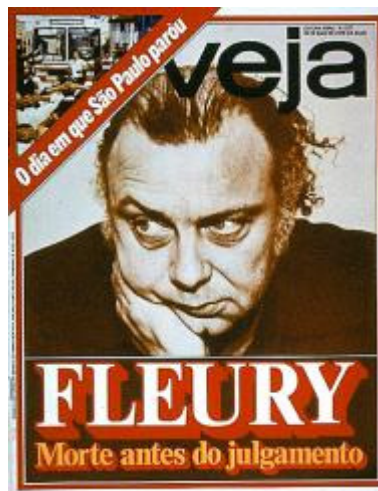


Figura 8 – Capa da revista *Veja*: edição n.º 557 de 09.05.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição n.º 557 de 09.05.1979, foca a maior parte da capa em outro assunto, mas ainda assim faz um destaque com o chamariz: “O dia em que São Paulo parou”. Em ambas as reportagens “O Limite da tolerância” (p. 20-21) e “Vitória do diálogo” (p. 22-25) a revista publica que cada vez mais as paralisações se proliferam e afetam a vida dos cidadãos.

Segundo a reportagem, em São Paulo, 44.000 cobradores e motoristas pararam todo o sistema de transporte coletivo, que conseqüentemente resultou num caos na cidade. O governo não soube que rumo tomar para acabar com o movimento que só crescia.

Somente, após diálogo entre o Prefeito Olávo Setúbal e os grevistas, a

situação normalizou depois de se chegar a um acordo.

3.1.2.5 EDIÇÃO N.º 558 – 16.05.1979

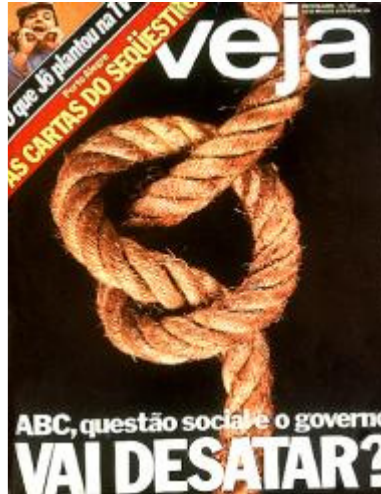


Figura 9 – Capa da revista Veja: edição n.º 558 de 16.05.1979.
 Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição n.º 558 de 16.05.1979, disponibiliza em sua capa, como principal destaque o tema: “ABC, questão social e governo – vai desatar?”. Como se pode observar, a greve é o principal assunto no país há meses e há uma preocupação de que estas atrapalhem o projeto de abertura do país. Não só o ABC segue em greve, mas outras diversas categorias trabalhistas.

Sob o título “Novo impasse” (p. 23-24), a reportagem dizia que as greves dos funcionários públicos da saúde e educação em São Paulo se arrastavam há mais de um mês, e mesmo com punições aos grevistas, decretadas pelo governador Paulo Salim Maluf, os movimentos continuaram.

Em outra reportagem “O caminho do colapso” (p. 100-102) a revista falava sobre o acordo ou conciliação, previstos na CLT, como uma audiência na qual a Justiça do Trabalho deveria conciliar as partes na fase inicial do processo. No entanto, o órgão foi soterrado por uma avalanche de litígios e não dão conta dos processos, prejudicando os trabalhadores.

Segundo a matéria o governo estava abrindo um debate para uma reforma da Justiça Trabalhista, mas as propostas apresentadas não resolveriam os problemas. O próprio governo reconhecia que as leis trabalhistas encontravam-se obsoletas,

demonstrado principalmente pelos movimentos grevistas.

Por fim, a última reportagem “Está tudo de acordo?” (p. 103-107), demonstrava como estavam ocorrendo as reuniões para realização de um acordo de paz entre o governo e o sindicato dos Metalúrgicos. Assim, com sua concretização os ânimos acalmaram temporariamente no país.

3.1.2.6 EDIÇÃO N.º 570 – 08.08.1979



Figura 10 – Capa da revista Veja: edição n.º 570 de 08.08.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Três meses depois, eclodiu, desta vez em Minas Gerais um movimento grevista dos operários da construção civil, notando-se a expansão e disseminação geográfica dos movimentos grevistas. Este se configurava extremamente truculento e violento, que ao invés de contar com reivindicações legítimas, fez-se de depredações, morte e baderna. A capa de Veja sobre o assunto intitula-se: “Belo Horizonte: a revolta dos peões”.

Desde a Carta ao Leitor (p.19) até a reportagem (p. 20-25) “A violência vai à rua” relata-se que pela primeira vez desde o renascimento do movimento sindical brasileiro destroçava-se a etapa da greve, partindo antes de ter qualquer posição sobre as reivindicações, para uma violência urbana sem propósito. Para conter o movimento foi necessária a intervenção de sindicalistas de outros Estados, como a presença de Lula. Depois de acalmarem os ânimos, o TRT decretou a legalidade da greve e, apesar de tudo, foi realizado um acordo, que culminou assim no fim das

paralisações.

Outra reportagem da revista “O novo fim de semana” (p.100-106) aponta mais transtornos na cidade de Belo Horizonte e também em São Paulo, com a greve dos caminhoneiros-tanque que ocasionou enormes transtornos a população que acabou ficando sem gasolina.

3.1.2.7 EDIÇÃO N.º 572 – 22.08.1979



Figura 11 – Capa da revista Veja: edição n.º 572 de 22.08.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A greve passou a ser tratada como o problema número um do país, conforme consta na edição n.º 572 de 22.08.1979. Na reportagem “O governo reage” (p. 34-37), o movimento aparece bastante desgastado.

Segundo dados da revista, em apenas cinco meses foram deflagrados oitenta e três movimentos grevistas e havia vinte e um em curso, os quais estavam sendo combatidos pelo governo com rigor, mas nos limites da lei.

3.1.2.8 EDIÇÃO N.º 583 – 07.11.1979



Figura 12 – Capa da revista Veja: edição n.º 583 de 07.11.1979.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A última capa de 1979, publicada por Veja, refere-se à edição n.º 583, datada em de 07.11, com a manchete: “O desgaste das greves”.

A “Carta ao Leitor” (p.19) é toda dedicada ao assunto. O editor elucida que as ações sindicais estão desgastando as relações de trabalho, pois passaram a se resumir apenas em greves, muitas vezes com reivindicações absurdas e desordenadas. Com cinco páginas, a reportagem de capa “A agonia do grevismo” retrata o que foi exposto na “Carta ao Leitor” (p. 19). A greve começa a fracassar, uma vez que começa a se misturar com disputas pessoais e políticas que começam a colocar em risco a seriedade das reivindicações. De todas as greves que ocorriam no país, a dos metalúrgicos do ABC Paulista é destacada quase que integralmente na reportagem.

Muitos operários já não queriam participar e estas eram decididas por uma porcentagem ínfima em assembleias, pois neste período o sindicato voltou a ter autonomia. Além disso, apareceu uma perigosa forma de repressão por parte do governo e havia evidente declínio do período de triunfalismo sindical.

Neste sentido, as greves começam a ficar violentas e ocorreram alguns incidentes envolveram confrontos entre policias e grevistas, principalmente nos piquetes, como, por exemplo, o óbito do metalúrgico Santo Dia, e muitos feridos. Nesta edição, a morte do metalúrgico ganhou uma reportagem (p.26-27) sob o título “Um cadáver na greve”, demonstrando ao extremo que chegaram as relações de trabalho no país.

Ao contrário de 1978, onde o movimento era admirado e aclamado pela

mídia, após a disseminação do movimento, esta começa a expor principalmente a outra face: disputas políticas e reivindicações abusivas, trazendo grandes transtornos para toda a sociedade brasileira.

No âmbito da censura, com base nas oito capas publicadas em 1979, nota-se um claro abrandamento. O livro Memórias Globo relata que neste período foram concedidos ao jornalismo mais liberdade para tratar da questão, a exemplo da greve deflagrada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema citada na reportagem da revista Veja. Na ocasião a emissora pôde realizar entrevistas tanto com os representantes quanto com os líderes sindicais (p.63).

3.1.2.9 EDIÇÃO N.º 604 – 02.04.1980



Figura 13 – Capa da revista Veja: edição n.º 604 de 02.04.1980.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

O ano de 1980 também foi bastante agitado pelos movimentos grevistas, principalmente no ABC Paulista.

Fruto da luta dos metalúrgicos, naquele ano, surge o PT - Partido dos Trabalhadores, que marcou de forma definitiva o cenário político do país, defendendo as questões sociais do trabalhador.

A revista Veja publica o assunto com o seguinte chamariz na capa da edição n.º604, de 02.04.1980: “Lula e o governo: teste de força no ABC”, referindo-se ao novo movimento grevista eclodiu na região, em 1º de abril, que resultou em 43 dias de tensão.

A matéria relata que o líder sindical já não é mais aclamado pelos empresários e pelo governo, porque assume uma posição política, inclusive como fundador do PT. Com uma postura mais radical, não firma um acordo e o caos continua.

Na posição da mídia, as greves não estão mais valendo à pena. (Lula sob fogo cerrado, p. 74-76)

3.1.2.10 EDIÇÃO N.º 605 – 09.04.1980



Figura 14 – Capa da revista Veja: edição n.º 605 de 09.04.1980.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Com a posição inexorável dos grevistas, as fábricas no ABC seguem paralisadas e assim a revista estampa sua capa na edição seguinte (n.º 605 de 09.04.1980), com a foto de Lula, acompanhado da manchete: "Lula, o governo e a greve: o preço da intransigência". Na Carta ao Leitor (p. 15), o editor se manifesta: "As lideranças sindicais deixaram claro que queriam uma greve – sua linguagem não foi a da negociação, mas a do ataque a um inimigo, e sua lista de reivindicações foi apresentada junto com um ultimato."

A matéria "Os riscos do ABC", (p. 16-23), informava que apesar do TST não ter decretado a ilegalidade da greve e ter concedido ainda o aumento reivindicado, uma afronta ao governo, ainda assim os operários pleiteavam um ano de estabilidade e por este motivo não aceitaram o acordo. Os jornais da época, segunda a Veja, publicavam anúncios contra a greve. (p.19) Nesse sentido, ao invés

da discussão caminhar para negociações, com concessões de ambos os lados, a situação passou a progredir para uma batalha para ver qual lado tinha maior poder.

Dessa forma, o Ministro Murilo Macedo decretou mais uma vez a intervenção no sindicato e o afastamento dos líderes, fazendo o comunicado pela televisão. O processo, que contou com 2.800 policiais, foi bastante violento, deixando muitos feridos.

3.1.2.11 EDIÇÃO N.º 607 – 23.04.1980



Figura 15 – Capa da revista Veja: edição n.º 607 de 23.04.1980.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Na edição n.º 607 de 23.04.1980, aos 18 dias de greve, uma nota na capa anunciava o fim da carreira do dirigente: “Lula deposto”.

Na reportagem da capa “O fim de um vôo cego” (p. 20-23), a revista falava do provável fim da greve, e fazia principalmente muitas críticas ao Lula, dizendo que ao longo dos três últimos anos o líder sindical mudou seu comportamento e acabou com a imagem do herói aclamado, admirado e ponderado, responsável pelo modelo de novo sindicalismo: “[...] os aplausos de outrora haviam cedido lugar a ásperos comentários sobre seu comportamento crescentemente radicalizado.” (p. 25). De acordo com a matéria, ao fundar do PT, Lula transformou-se num político militante radical.

3.1.2.12 EDIÇÃO N.º 608 – 30.04.1980

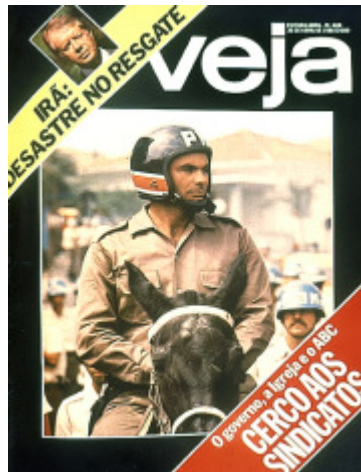


Figura 16 – Capa da revista Veja: edição n.º 608 de 30.04.1980.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A revista *Veja* continuou fazendo uma vasta cobertura das paralisações dos metalúrgicos do ABC, e destacou a greve em mais uma capa: “O governo, a Igreja e o ABC: Cerco aos sindicatos” (edição n.º 608 de 30.04.1980).

Instaurou-se uma verdadeira guerra no país: “Para levar os metalúrgicos à capitulação, o governo prende líderes do movimento, proíbe assembleias em praças e enfrenta a igreja.” (O Planalto sitia o ABC, p. 16-21). Há 27 dias acontecia a maior paralisação operária do sindicalismo brasileiro, na qual estavam de braços cruzados 100.000 trabalhadores. Para acabar com a greve a polícia prendeu 17 pessoas, dentre elas o Lula, que foi detido com base no artigo n.º 36 da Lei de Segurança Nacional e ficou detido por 31 dias.

Na iminência da batalha campal entre grevistas e Policiais Militares, quase foi decretado no país estado de emergência. Além disso, a proibição de assembleias nas ruas fez com que os metalúrgicos recuassem para dentro da igreja matriz de São Bernardo, provocando fissuras entre governo e clero, pois este último acolheu aos grevistas.

Outra matéria sobre o assunto: “Conciliou-se, à força” (p. 22-25), fala sobre a contribuição da greve no processo de negociação: “A greve no ABC merece ficar na biografia da abertura como a crise que ensinou a oposição a negociar” (p. 22). Com medo de uma crise ainda maior, o governo acaba concedendo uma reunião.

3.1.2.13 EDIÇÃO N.º 609 – 07.05.1980



Figura 17 – Capa da revista Veja: edição n.º 609 de 07.05.1980.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Na edição n.º 609, de 07.05.1980, em trinta dias de paralisações o cerco continua, e muitos trabalhadores começam a retornar às fábricas. A greve do ABC rouba o cenário do país: ameaça a abertura política e contribui para tensões entre a Igreja e o Estado, culminando inclusive numa sugestão de prisão do Bispo Claudio Hummes, enquadrando-o na Lei de Segurança.

O governo continua firme decretando a ilegalidade da greve e, apesar dos conflitos, a maioria dos metalúrgicos começa a retornar às fábricas. (Edição n.º 609 de 07.05.1980, “O ABC já trabalha”, p.16-20)

Mas, somente em 05 de maio, após choques entre polícia e grevistas, a greve terminou em Santo André, resultando em diversos feridos. Mas, o movimento ainda seguiu em São Bernardo do Campo e Diadema. Depois da violenta repressão policial, com seus líderes encarcerados e sem perspectiva de receber o salário referente aos dias parados, os metalúrgicos decidiram voltar ao trabalho e a greve finalmente terminou no dia 12 de maio. (Memória Globo, 2004, p. 59)

3.1.2.14 EDIÇÃO N.º 652 – 04.03.1981



Figura 18 – Capa da revista Veja: edição n.º 652 de 04.03.1981.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Passado um ano, Lula foi capa da edição n.º 652 de 04.03.1981, com a manchete: “Condenado”. No editorial da revista, na seção “Carta ao Leitor” (p.12): “O “novo sindicalismo”, supõe-se deveria ser algo útil para os trabalhadores, um instrumento eficiente para melhorarem de vida. Em vez disso, ele acabou por se transformar apenas numa versão diferente do velho jogo político que opõe, de um lado, dirigentes sindicais e os grupos ideológicos radicais que se formam à sua volta, e de outro, o governo e sua força. Os trabalhadores ficam simplesmente no meio.”.

A reportagem da capa “A amarga conta da greve” (p. 44-50), diz que a greve deveria ter cessado em abril de 1980, com o surpreendente parecer do TST, o qual na época decretou a legalidade da greve e concedeu o aumento. Mas ao invés disso, a intransigência do sindicato resultou na prisão de Lula e mais dez líderes, condenados a três anos e meio de prisão. No entanto, o Superior Tribunal Militar (STM) anulou a sentença e pediu novo julgamento, No ano seguinte o STM julgou-se incompetente e o processo prescreveu.

3.1.2.15 EDIÇÃO N.º 829 – 25.07.1984

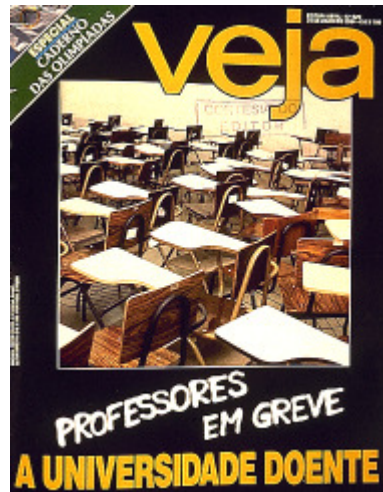


Figura 19 – Capa da revista Veja: edição n.º 829 de 25.07.1984.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Durante 1982 e 1983 não houve capas sobre os conflitos trabalhistas no país e, neste último, o assunto mais figurado na mídia foi a proposta de emenda à Constituição apresentada ao Congresso Nacional, pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que previa o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República. Apoiando a emenda, o deputado Ulysses Guimarães, lançou oficialmente a campanha nacional com o slogan que ganharia as ruas - "Diretas Já". O movimento ganhou força e rapidamente adquiriu proporções impressionantes, um marco na moderna história brasileira.

Nesse episódio, o jornalismo foi censurado novamente e no âmbito das questões trabalhistas houve intervenção nos sindicatos, além de outras medidas, conforme relato do livro Memória Globo:

Em 18 de abril, dois dias depois do comício do Anhangabaú, o presidente João Figueiredo decretou a adoção, pelo prazo de 60 dias, de medidas de emergência no Distrito Federal e em dez municípios de Goiás. As medidas tinham como executor o general Newton Cruz e incluíam a possibilidade de detenção de cidadãos em edifícios comuns, suspensão da liberdade de reunião e associação, além de intervenção em sindicatos e outras entidades de classe. Foi determinada a censura prévia às emissoras de rádio e de televisão, sendo proibida a transmissão ao vivo de qualquer informação sobre as medidas de emergência e a votação da emenda à Constituição. O governo argumentava que era sua responsabilidade manter a ordem e a soberania do Congresso Nacional para que este pudesse decidir livremente. [...] E, de fato, a censura exercida pelo Dentei foi dura: levou à suspensão da TV Gazeta, em São Paulo, cujos transmissores foram lacrados, e também das rádios Guarany AM e FM, dos Diários Associados, em Belo Horizonte. (2004, p. 111)

Apesar das duras medidas adotadas pelo Presidente, o país passava por um

amplo processo de reestruturação da sociedade, registrando ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil dando início ao processo de redemocratização. Assim, também neste ano de 1983, surge a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a qual ampliou e fortaleceu ainda mais o sindicalismo nos anos 80.

Somente em 1984, após dois anos sem assuntos de conflitos trabalhistas nas capas de *Veja*, é matéria principal a greve dos professores e funcionários de 29 Universidades Federais do país, com a manchete de capa: “Professores em greve: universidades doentes” (edição n.º 829 de 25.07.1984). A matéria “Campus conflagrado” mostrava a situação deplorável na qual se encontravam as universidades que recebiam verbas baixíssimas e não tinham condições de custear sequer a troca de uma lâmpada. Além disso, os salários estavam muito abaixo da inflação. Após dois meses de paralisações o governo resolveu punir os professores e funcionários grevistas, mas nem assim conseguiu por fim ao movimento.

3.1.3 PARTE III [1985-1989] – O BRASIL NO CAMINHO DA DEMOCRACIA

Em 1985, a emenda constitucional que tinha por objetivo reintroduzir as eleições diretas não conseguiu a maioria de dois terços exigida para ser aprovada, mas as eleições ocorreram no Colégio Eleitoral, o qual decretou o fim do poder militar, elegendo Tancredo Neves o primeiro presidente civil do país depois de mais de 20 anos.

O presidente eleito, no entanto, na véspera da sua posse foi internado e faleceu 39 dias depois. O seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência no dia 15 de março de 1985, dando início a Nova República e marcando o fim do Regime Militar, rumo à ampla democratização política do Brasil.

Nesta época, o principal problema do país era a alta inflação, a qual o governo tentou combater com planos econômicos malogrados. Dessa forma, com os salários defasados milhares de greves ocorriam no país.

3.1.3.1 EDIÇÃO N.º 870 – 25.07.1985



Figura 20 – Capa da revista Veja: edição n.º 870 de 08.05.1985.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição n.º 870, de 08.05.1985, corrobora o argumento, com sua capa exibindo a foto dos trabalhadores, com o título “O teste das greves”.

Com 10 páginas, a reportagem “A febre paralisante” (p. 36-45), a matéria falava que os sindicatos continuavam a utilizar-se da greve como poderoso instrumento de pressão ao invés de aderir ao pacto social⁹ proposto por Tancredo Neves, antes de ele assumir a presidência.

Assim, em três meses do novo governo, cerca de 400.000 trabalhadores de 16 diferentes categorias já haviam cruzado os braços. Algumas paralisações foram violentas, como a da GM, na qual 3.000 operários mantiveram reféns em cárcere privado 370 funcionários que não aderiram ao movimento. Outros confrontos entre grevistas e a polícia ainda continuaram ocorrendo.

3.1.3.2 EDIÇÃO N.º 889 – 18.09.1985

⁹ Tancredo Neves defendeu a necessidade imperativa da constituição de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores para que a democracia, em vez de um empreendimento de risco, se constituísse em um sistema de apaziguamento e de solução de conflitos sociais agravados e reprimidos por anos de arbítrio. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 21.08.2010.



Figura 21 – Capa da revista Veja: edição n.º 889 de 18.09.1985.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Em setembro de 1985, a revista concede a capa à greve, mas com uma manchete diferente das capas anteriores, intitulada “A nova força das greves” (Vide figura 7), uma guinada no cenário das relações de trabalho desde 1979. A reportagem, com oito páginas (p. 36-46) refere-se à greve dos Bancários e a coloca como a maior vitória do movimento sindical. As paralisações conseguiram mobilizar 700.000 funcionários, parando bancos em todo o país, de maneira organizada e sem violência e dessa maneira a categoria conseguiu que o governo atendesse suas reivindicações.

Após um período de críticas à greve, constatou-se que a revista se posiciona novamente a favor, tendo em vista um movimento legítimo, com reivindicações justas.

3.1.3.3 EDIÇÃO N.º 923 – 14.05.1986



Figura 22 – Capa da revista Veja: edição n.º 923 de 14.05.1986.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

No ano de 1986 o país estava passando por uma nova reforma econômica na tentativa de manter a inflação a níveis perto de zero, assim os movimentos grevistas estavam ocorrendo com menos frequência.

Segundo a Carta ao Leitor (p.19) da edição n.º 923 de 14.05.1986, com a enlouquecida inflação dos últimos anos as greves acabavam sendo consideradas, a princípio, como justas, simpáticas e indispensáveis para a sobrevivência física dos trabalhadores, mas que sem a inflação, esse panorama deveria mudar.

Com a foto do ministro Almir Pazzianotto, na referida edição, *Veja* apresenta a manchete: “O governo e os sindicatos – os conflitos e o jogo do Ministro Almir Pazzianotto”. A respectiva reportagem intitulada: “O alvo de Pazzianoto” (p. 20-27) relatava a dificuldade do ministro de acumular força para tentar mudar a Lei da Greve e adequá-la à nova realidade do país, principalmente pelo pouco apoio do governo.

Neste período, as greves comparadas com os anos anteriores registravam uma mudança: as paralisações agora são a maioria no setor público e, não mais no privado como sempre ocorreu.

3.1.3.4 EDIÇÃO N.º 954 – 17.12.1985



Figura 23 – Capa da revista Veja: Edição n.º 954 de 17.12.1986.
 Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

A edição n.º 954 de 17.12.1986, dedicou a capa ao fracasso da greve geral de várias categorias que assolou o país, com o título “Como a greve geral fracassou.”

Segundo o editor (p. 35), na Carta ao Leitor, a greve fugiu do propósito: “As centrais sindicais CUT e CGT tentaram parar o país na semana passada com o objetivo declarado de protestar contra a condução da política econômica e com o objetivo real de mostrar sua força ao governo”. Segundo a revista, tal pressão deveria ser exercida por meio de canais adequados de expressão e não caberia aos líderes sindicais parar o país porque não estavam de acordo com o governo.

Assim, a reportagem “A miragem desfeita”, com 11 páginas, explica que os sindicatos pretendiam parar o país inteiro, mas só conseguiram mobilizar com sucesso o norte e nordeste do país. No Rio de Janeiro e São Paulo, o governo colocou o exército nas ruas para evitar as mobilizações, o que demonstra que apesar da abertura política do país, notam-se ainda fortes vestígios de repressão, como acontecia na ditadura militar. Além disso, a matéria explana que a greve não era mais vontade da maioria dos trabalhadores e, por este motivo foi nacional e não geral.

3.1.3.5 EDIÇÃO N.º 1.054 – 16.11.1988



Figura 24 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.054 de 16.11.1988.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Um marco dos novos tempos do jornalismo foi a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, que nas coberturas deu ênfase principalmente à questão dos direitos sociais, que gerou uma discussão muito intensa e grandes manifestações dos trabalhadores.

A sétima Carta Magna do país representou a superação definitiva do regime militar, implantado em 1964. Ela adotou o presidencialismo como forma de governo e, entre diversas garantias civis, sociais e trabalhistas, estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das Forças Armadas, estendeu o voto a analfabetos e maiores de 16 anos e universalizou o direito de greve.

Com os direitos estendidos aos sindicatos pela Constituição de 1988, estes espalhavam milhares de greves no país, principalmente por causa da defasagem salarial em face da alta inflação, ocasionando no Brasil uma guerrilha urbana.

Das paralisações, o caso mais grave aconteceu na Companhia Siderúrgica Nacional - CNS, em Volta redonda, o qual a revista Veja noticiou destacando-o na capa: “A tragédia de Volta Redonda”, edição n.º 1.054 de 16.11.1988.

A respectiva reportagem “Os tiros aquecem o fogo da greve” (p.32-39) relatava que houve a invasão da usina por uma tropa de 1.300 soldados e exército da PMs enviados pelo governo Sarney para restabelecimento da ordem no local, que caminhou para um massacre de trabalhadores, culminando na morte de três metalúrgicos.

Esse fato foi também citado no livro Memória Globo como uma de suas

notícias que fizeram história e segundo seu relato o acontecimento colaborou politicamente para o Partido dos Trabalhadores: “A greve de novembro de 1988 acabou sendo a maior da história da CSN. Os operários só retornaram ao trabalho depois de 17 dias. Mais tarde, alguns analistas comentaram que os confrontos entre os metalúrgicos e as tropas federais, com a morte dos três trabalhadores, acabaram influenciando as eleições municipais de 15 de novembro, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu em três importantes capitais: São Paulo, Porto Alegre e Vitória.”

3.1.3.6 EDIÇÃO N.º 1.055 – 23.11.1988



Figura 25 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.055 de 23.11.1988.
 Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Na sua edição seguinte, n.º 1055 de 23.11.1988, Veja dá continuidade ao assunto com um chamariz na capa: “Greves - a lição que saiu das refinarias”. Sua reportagem "Lugar vazio nas mesas de negociações" (p.126-132) falava que o governo estava dividido, sem rumo e não sabia lidar com as greves nos serviços públicos. Na ocasião, acontecia a greve dos petroleiros e o governo não conseguia negociar e por fim ao movimento, colocando em risco a população que estava na iminência de ficar sem seus serviços de gasolina e gás. Além disso, não podiam repetir o episódio de Volta Redonda, colocando o exército nas refinarias.

Dados da revista apontavam ainda que desde o início do ano mais de 3,5 milhões de trabalhadores entraram em greve (p. 30), sendo deste total mais de dois

terços empregados em serviços públicos. A reportagem fala da dificuldade quando a greve é no âmbito público, fazendo a seguinte comparação:

[...] um empresário privado, ao negociar com seus funcionários, está sempre defendendo os interesses de sua empresa. Ele avalia o peso das forças em jogo, analisa os dados objetivos do mercado e toma uma decisão - cuidando sempre, para que a tropa não entre em sua empresa e abara fogo contra seus empregados. Na área pública, geralmente os diretores de uma estatal, seus presidentes ou até os ministros encarregados da área se aliam aos grevistas e passam a patrocinar suas reivindicações, cortejando prestígio eleitoral ou mesmo por interesse próprio, já que também se beneficiam dos aumentos aos funcionários. Se não se aliam, viram as costas e fingem que o problema não é deles. Na verdade, não tem compromisso com os interesses da empresa - que, no caso, são os interesses do público, a quem teoricamente pertencem as estatais. Querem ficar bem com os funcionários, com suas clientelas ou com suas convivências políticas. Acabam, com isso incentivando o grevismo nas empresas do governo - e na hora em que o Exército aparece ficam de boca fechada. (1988, p.30)

Nessa ocasião, é possível constatar uma das especificidades em relação aos conflitos trabalhistas no âmbito do Serviço Público, permeada por conflitos decorrentes da dicotomia existente, que se refere à condição de soberano e empregador exercida pelo governo de conciliar papéis e interesses nem sempre congruentes, tais como os de empregador, de autoridade responsável pela política econômica e monetária e de formulador de políticas - inclusive as que se referem às relações de trabalho no setor público e no privado. (MISOCZKY, 2010, p.9)

3.1.3.7 EDIÇÃO N.º 1.072 – 23.03.1989

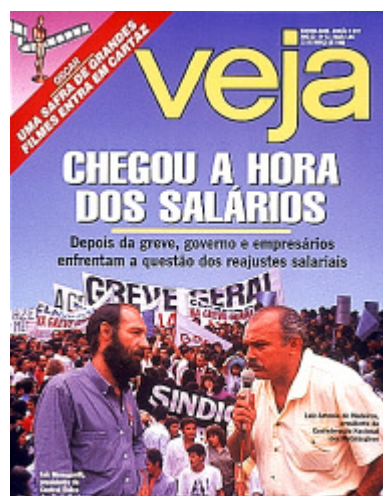


Figura 26 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.072 de 23.03.1989.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Em 1989, mais um plano econômico é colocado em prática pelo governo Sarney na tentativa de reduzir a inflação, o Plano Verão. Porém as greves continuam acontecendo no país.

A edição n.º 1072 – 22.03.1989 publica em sua capa a manchete: "Chegou a hora dos salários - depois da greve, governo e empresários enfrentam a questão dos reajustes salariais".

A reportagem "O X do problema" (p. 24-31) informava que a greve geral de dois dias convocada pela CUT e pela CGT não havia paralisado o país, mas o principal problema do pacote era a questão salarial.

Segundo a revista a greve geral não ocorreu como o planejado, mas mostrou que em boa parte das capitais do país milhares de assalariados cruzaram os braços durante dois dias para dizer que não estão satisfeitos com os seus salários.

Na mesa de negociação o governo entrou com uma proposta de reajustes salariais, mas os sindicatos brigavam por um valor oito vezes maior. Além disso, a CUT e a CGT pleiteavam que a correção dos salários ocorresse mensalmente com base na inflação e os empresários entravam na negociação com a discussão dos preços, pois concordavam em corrigir os salários desde que aumentassem os preços.

3.1.4 PARTE IV [1990-2010] – DEMOCRACIA

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República, fruto da primeira eleição presidencial pelo voto direto, depois de 29 anos, a qual ganhou no 2º turno em disputa com Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante os 4 anos seguintes não foram constatadas capas sobre assuntos de conflitos trabalhistas e esse período foi politicamente bastante conturbado.

Fernando Collor de Mello tomou posse em 15 de março e seu governo adotou medidas de choque contra a inflação que provocaram perplexidade no meio político e em toda a população. Dentre elas, a mais radical foi a conhecida como

confisco¹⁰: a maior intervenção do Estado em bens privados realizada na história do país. As novas medidas, no entanto, não tiveram os efeitos esperados. Assim como a recessão e a inflação aumentaram, o índice de descontentamento da população com a política econômica.

Aliado a esse fato, surgiram também inúmeras denúncias de corrupção envolvendo Fernando Collor, que por meio da instauração de uma CPI resultou no pedido de *impeachment* do presidente, que com determinação da lei, foi afastado do cargo compulsoriamente por 180 dias e substituído, em 2 de outubro, pelo vice-presidente Itamar Franco.

Depois do impeachment de Fernando Collor, Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o favorito para as eleições presidenciais de 1994. No entanto, meses antes da eleição foi lançado o Plano Real, com impactos imediatos sobre os índices de inflação e o poder de compra da população. A estabilidade monetária deu grande popularidade a Fernando Henrique Cardoso, candidato da coligação PSDB-PFL, que tinha sido ministro da Fazenda do governo Itamar Franco e um dos autores do plano econômico.

Com a sucessão presidencial em andamento, por conta do sucesso do plano econômico, as pesquisas de opinião começaram a registrar o crescimento da candidatura de Fernando Henrique, que venceu as eleições ainda no primeiro turno.

3.1.4.1 EDIÇÃO N.º 1.394 – 13.05.1995

¹⁰ O confisco, como ficou caracterizado pela mídia, era uma medida do Plano Collor (Programa Brasil Novo) que determinava que os saques da poupança, das aplicações financeiras e das contas correntes seriam reduzidos ao máximo de 50 mil cruzados novos (o equivalente a quase 6 mil reais hoje), ficando o que estivesse acima desse limite retido no Banco Central pelo prazo de 18 meses. (Memória Globo, 2004, p. 153)



Figura 27 – Capa da revista Veja: edição n.º 1.394 de 13.05.1995.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Durante seu governo, em 13.05.1995, o Presidente FHC estampa a capa da revista *Veja*, edição n.º 1.394, em uma foto-montagem, usando um capacete de soldado, com a manchete: “FHC peita a CUT”, relacionando-o ao conflito trabalhista que ocorria na Petrobrás.

A matéria da capa “O planalto sacou primeiro” (p. 20-27) explicava que Fernando Henrique Cardoso ordenou que 1.630 soldados do Exército ocupassem quatro das onze refinarias da Petrobrás para garantir o direito de quem se dispunha a trabalhar.

O texto fez alusão à penúltima intervenção do Exército que resultou no incidente de Volta Redonda,¹¹ em 1988, com três operários mortos por soldados do Exército, mas explica que ao contrário deste episódio, a greve dos petroleiros foi considerada ilegal e a ação do governo logrou êxito: “O governo Fernando Henrique Cardoso mostrou firmeza, coerência e até competência para acabar com uma greve.” (p. 22).

A matéria elucidou ainda como foi o plano do governo para a greve, que incluiu estoques de gasolina, demissões e o apoio do TST e das tropas e falava que antes de FHC tomar a decisão o governo realizou pesquisas de opinião pública que demonstraram que a população apoiava o presidente. A intervenção foi pacífica e televisionada. Assim, o presidente se articulou com a Justiça, com a opinião pública e com os meios de comunicação, mobilizou as tropas do exército e venceu a CUT.

Apesar de merecer os méritos, durante a reportagem é possível observar o

¹¹ Ver p. 55

claro posicionamento da revista a favor do governo e de FHC, assim como a explícita oposição ao sindicalismo, como se pode conferir nos trechos a seguir:

Para um governo que pretende acabar com a indexação salarial, extinguir privilégios do funcionalismo público e mexer nas aposentadorias, derrotar o setor mais forte do sindicalismo é uma condição quase que obrigatória. (p.20)

Lançando mão de recursos jurídicos e econômicos e de tropas do Exército, além de contar com o apoio de pelo menos dois terços da população o governo já comemora uma vitória que pode iniciar a ruptura de um equilíbrio de forças que subsiste a política brasileira desde o fim do governo Figueiredo, quando se criou um movimento sindical forte e todos os governos foram obrigados, dessa ou daquela forma a sentar para negociar com o outro lado. (p.23)

Apesar de ser compreensível que a greve trouxe transtornos à população, o jornalismo fere o papel informativo a partir do momento em que passa a opinar. Nas outras edições, nota-se certo posicionamento na Carta ao Leitor, mas nesta, o manifesto se dá no corpo da reportagem.

Traçando um paralelo com relação aos ensinamentos de Luhmann, este alerta sobre este tipo de falha no posicionamento da mídia: “A manifestação de opiniões é divulgada como notícia e uma parte significativa do material da imprensa, de rádios e televisões surge pelo fato de os meios de comunicação espelharem-se em si mesmos e tratarem isso como um acontecimento” (2005, p. 67). Dessa forma, eles podem aumentar a sensibilidade e adaptarem-se as mudanças na opinião pública, produzidas por eles mesmos.

Outro fato relevante, é que esta foi a última reportagem principal sobre conflitos trabalhistas que ocupou totalmente a capa de Veja até o término deste trabalho.

3.1.4.2 EDIÇÃO N.º 2.002 – 04.04.2007



Figura 28 – Capa da revista **Veja**: edição n.º 2.002 de 04.04.2007.
 Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Após 1995, as capas seguintes dispuseram apenas de destaques pequenos e discretos, tendo como último assunto a greve dos controladores de voo que transtornou o sistema aéreo do país.

Em setembro de 2006, uma colisão entre um Boeing da Gol com o jato Legacy matou 154 pessoas. A partir desse momento, os aeroportos passaram a viver um caos, que ficou conhecido como “apagão aéreo”, uma crise crônica com filas intermináveis à espera de vôos cancelados e muitos atrasos.

Após o incidente, foram constatados buracos negros nos radares que cobrem o território nacional e os controladores, acuados pela suspeita de que o acidente foi motivado por negligência do controle aéreo, iniciaram um movimento por melhores salários e passaram a denunciar suas precárias condições de trabalho.

A revista *Veja* na edição n.º 2.012, em 04.04.2007, fez um destaque na capa com a manchete: “Sexta, 30 de março de 2007 – Apagão Aéreo: a rebelião dos controladores.

Ao contrário de todas as edições aqui citadas, esta conta com apenas duas páginas (p. 90-91). Com o título “Parou de vez”, o texto diz que esse foi o pior episódio de indisciplina militar desde 1963, na qual os controladores em greve fecharam todos os 49 aeroportos do país no dia 30.03.2007.

Segundo a matéria, uma das principais reivindicações dos controladores de tráfego aéreo foi a desmilitarização de sua função. Como militares, eles estão sujeitos às leis e à rotina do quartel, portanto, não podem questionar ou contrariar ordens superiores, sob risco de punição. Assim, com o anúncio da greve, o

comandante da Aeronáutica deu voz de prisão a dezoito controladores militares. Mesmo assim a greve prosseguiu sem controle.

3.1.4.3 EDIÇÃO N.º 2.014 – 27.06.2007



Figura 29 – Capa da revista Veja: edição n.º 2.014 de 27.06.2007.

Fonte: <http://www.veja.com.br/acervodigital/>

Em 27.06.2007, Veja publica a edição n.º 2.014, a última com chamada na capa, que se refere ainda sobre o apagão aéreo.

A Carta ao Leitor (p. 9) demonstra a indignação do editor a respeito da greve:

Pode-se até compreender a resignação, pois já faz nove meses que a crise no setor se arrasta, com um número absurdo de atrasos e cancelamento de vôos, sem que se descortine uma solução para ela. A aceitação do estado do caos nos aeroportos como um fato da vida precisa ser combatida por todos os cidadãos. Só a indignação, o conformismo, o protesto podem apressar uma solução para o problema.

Sob o título “Somos vítimas da baderna” (p. 72-73), a greve dos controladores de vôo continuava, mas a diferença é que desta vez foi agregada a quebra de hierarquia militar.

Na primeira manifestação dos controladores, o governo negociou diretamente com os líderes do movimento e a Aeronáutica não gostou. Houve tensão entre o governo, porque o Ministro da Defesa defendia atender a reivindicação de desmilitarização do setor e o Brigadeiro da Aeronáutica ameaçou deixar o cargo caso isso se concretizasse. Alguns militares foram presos enquadrados na lei de insubordinação.

A crise no setor aéreo só terminou com fim da CPI do Sistema de Tráfego Aéreo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados, em 2007, com o objetivo de apurar responsabilidades sobre graves problemas no sistema aéreo brasileiro, encerrada em 3 de outubro do mesmo ano.

3.2 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Conforme se pode observar (ver quadro 1, p. 68), foram constatadas no acervo digital da revista *Veja* 29 capas que foram destinadas a noticiar os acontecimentos relacionados aos conflitos trabalhistas que ocorreram no Brasil, desde o golpe militar até o governo atual. Nesse sentido, aferiu-se que o cenário político e econômico do Brasil eram determinantes nas relações de trabalho.

Com um pouco de abertura política dada no governo Geisel, os trabalhadores e a mídia ganharam espaço: de 1977 até o fim do governo, em 15 de março de 1979, foram publicadas 4 capas sobre os conflitos de trabalho e um total de 34 páginas de matéria. São os inícios das manifestações.

No governo seguinte, de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985, sob a presidência de João Figueiredo, os movimentos grevistas estouraram. Foi o período mais crítico, e roubou o cenário do país as greves dos metalúrgicos do estado de São Paulo ocorridas no cinturão industrial do ABC Paulista. Foi possível contabilizar 15 capas sobre o assunto e 134 páginas no total.

As greves seguiram no governo Sarney, de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990. Nesse período o destaque é a greve do funcionalismo público, a qual era bem inferior nos anos anteriores. Foram destinadas 7 capas e 70 páginas totais.

Por fim, nos governos seguintes que tiveram eleições diretas, configurando o período democrático de fato, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, de 01 de janeiro de 1995 a 15 de janeiro de 2003, e Luís Inácio Lula da Silva, de 01 de janeiro de 2003 até os dias de hoje, foram constatadas apenas 3 capas referentes aos conflitos trabalhistas, sendo apenas uma de grande destaque, e um total de 13 páginas.

Quadro 1 – Atenção dada pela mídia X Cenário político do país

Capa	Ano	Data	Edição	Destaque na capa	Editorial	Págs	Págs totais	Período político	Censura	
1	1977	14/09	471	Total	Sim	19; 20-26	8	Regime Militar Presidente: Ernesto Geisel	Apesar do AI-5 ter sido revogado em 1978, os meios de comunicação continuaram a sofrer vários tipos de pressões, sempre visando o controle das informações veiculadas.	
2	1978	24/05	507	Parcial	Sim	19; 91-95	7			
3		31/05	508	Total	Sim	19; 68-73	7			
4		06/09	522	Total	Sim	19; 21-22; 112-120	12			
5	1979	28/03	551	Total	Sim	20-22; 116-125	13	Regime Militar Presidente: Figueiredo	A cesura está mais branda por causa do processo de abertura político, mas ainda continuam as repressões à mídia.	
6		04/04	552	Total	Sim	19; 20-29	11			
7		02/05	556	Total	Sim	19; 20-29	11			
8		09/05	557	Parcial	Sim	19; 20-25	7			
9		16/05	558	Total	Não	23-24; 34; 100-107	11			
10		08/08	570	Total	Sim	19; 20-25; 100-106	14			
11		22/08	572	Parcial	Não	34-37	4			
12		07/11	583	Total	Sim	19; 20-27	9			
13		1980	02/04	604	Parcial	Não	74-77			4
14			09/04	605	Total	Sim	15; 16-23			9
15	23/04		607	Parcial	Não	20-25	6			
16	30/04		608	Total	Não	16-26; 70,71	13			
17	07/05	609	Parcial	Sim	15; 16-20	6				
18	1981	04/03	652	Total	Sim	12; 45-50	8	Democracia Presidente: José Sarney	Até 1987 houve períodos de censura. No entanto, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que garantiu de vez a liberdade de manifestação e liberdade à imprensa.	
19	1984	25/07	829	Total	Sim	35; 100-106	8			
20	1985	08/05	870	Total	Não	36-4	10			
21		18/09	889	Total	Não	36-43	8			
22	1986	14/05	923	Total	Sim	19; 20-25, 27	8			
23		17/12	954	Total	Sim	35; 36-46	12			
24	1988	16/11	105 4	Total	Sim	31; 32-47	16			
25		23/11	105 5	Parcial	Não	126-132	8			
26	1989	22/03	107 2	Total	Não	24-31	8			
27	1995	31/05	139 4	Total	Não	20-27	8			Democracia Presidente: FHC
28	2007	04/04	200 2	Mínimo	Não	90-91	2	Democracia Presidente: Lula	Livre	
29		27/06	201 4	Mínimo	Não	9; 72-73	2			

O assunto é bastante presente no editorial, chamado por Veja de “Carta ao Leitor”. Nessa seção consta a apresentação da edição, na qual o editor tem

liberdade para opinar e conversar com o leitor, sem o compromisso de informar. Das 29 edições analisadas, em 19 delas há manifesto do editor em relação às questões das relações de trabalho.

Foram identificados como protagonistas dos conflitos trabalhistas das reportagens analisadas os seguintes atores: 1) trabalhadores; 2) governo; 3) empresários; 4) civis; e 5) Igreja, sendo os dois primeiros os mais presentes, os quais se podem considerar como principais, sendo que aos demais coube uma posição secundária.

Pôde-se constatar que greve foi vista pelos leitores como uma ameaça às eleições, conforme citado na reportagem da edição n.º 522 (ver p. 35) e diversas vezes como uma ameaça à abertura política do país, a greve é transmitida aos leitores com uma poderosa arma de pressão, principalmente contra o governo. Dessa maneira, a divulgação colaborava para disseminação do movimento. Também é importante ressaltar que os resultados positivos das greves, que culminavam em ganhos para os trabalhadores, serviam de incentivo para outros. Assim, sem esse tipo de informação, caso a imprensa continuasse inibida pela forte repressão do governo, a falta de conhecimento da força da greve, talvez, podia colaborar para que essas ocorressem com menos frequência ou demorassem mais a se expandir.

Por outro lado, ao dar grande destaque às especulações sobre a possibilidade de vir a ser decretada a intervenção os sindicatos ou estado de Emergência, a imprensa contribuiu para o clima de apreensão e insegurança vivida pelos grevistas e demais protagonistas da greve.

Este é um dos motivos que demonstra o interesse do governo em relação à determinação da censura – o controle da informação, aludindo assim à denominação de mídia como “quarto poder”.

Como observado durante as reportagens, a imprensa tem credibilidade perante os leitores a partir da liberdade e neutralidade com que trata as matérias. Este cenário pode, no entanto, mudar a exemplo do relato da TV Globo (ver p. 31-32), que ameaçada pelo governo, o qual tinha o poder de outorgar ou retirar a concessão da emissora caso ela fosse contra seus interesses, não podia divulgar os fatos da greve de maneira imparcial.

No que concerne à “Carta ao Leitor”, as opiniões contidas nessa, quando se

referiam ao assunto da capa, em sua totalidade, não apresentava influência frente às reportagens.

Constatou-se também que os cinco protagonistas, além de serem os principais, são praticamente os únicos a aparecerem tanto nos títulos, como nas fotos, editoriais e matérias analisadas.

Referente à presença de protagonistas nas fotos de capa, que segundo Hernandez (2006, p. 217) transmite a força das idéias expressas nas reportagens, Veja privilegiou os trabalhadores, presentes em 18 fotos e dessas 5 são de Lula; o governo ilustra 4 capas, e os civis 1 capa. Das outras 7 capas, 2 são imparciais e as outras 4 referem-se a outros assuntos, na qual as questões de trabalho aparecem apenas como destaque secundário e sem ilustração.

Este panorama pode ser mais bem visualizado por meio dos gráficos 1 e 2 que seguem abaixo:

Gráfico 1 – Tratamento dos dados das tabelas 2, 3, 4 e 5

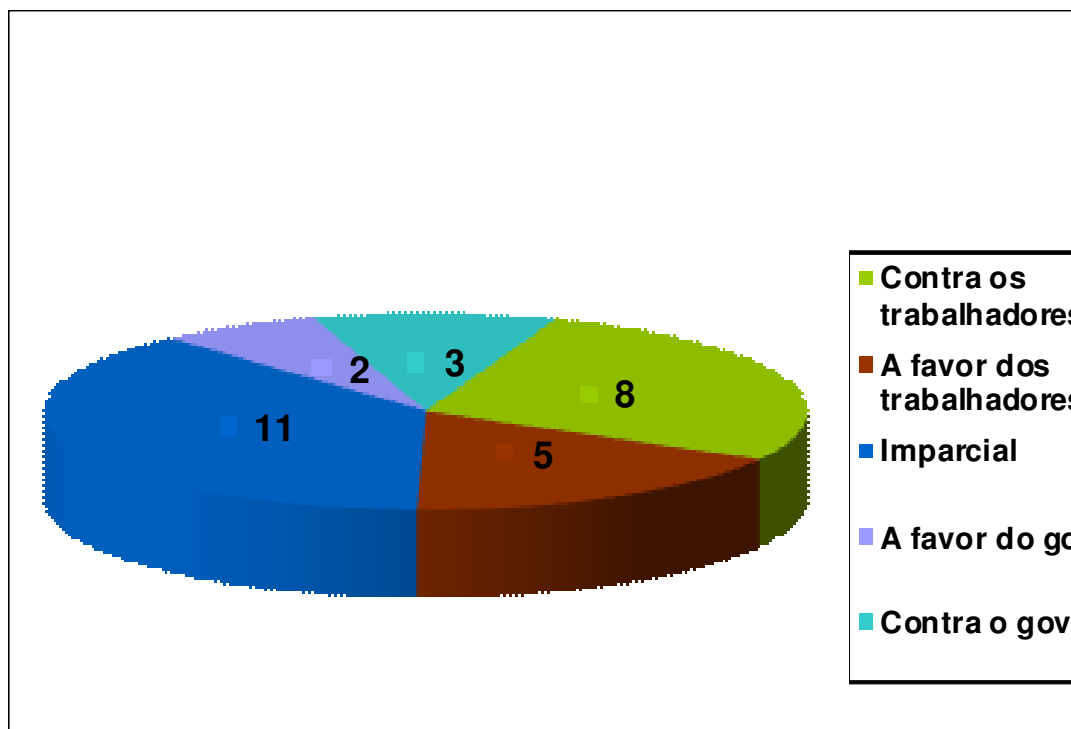
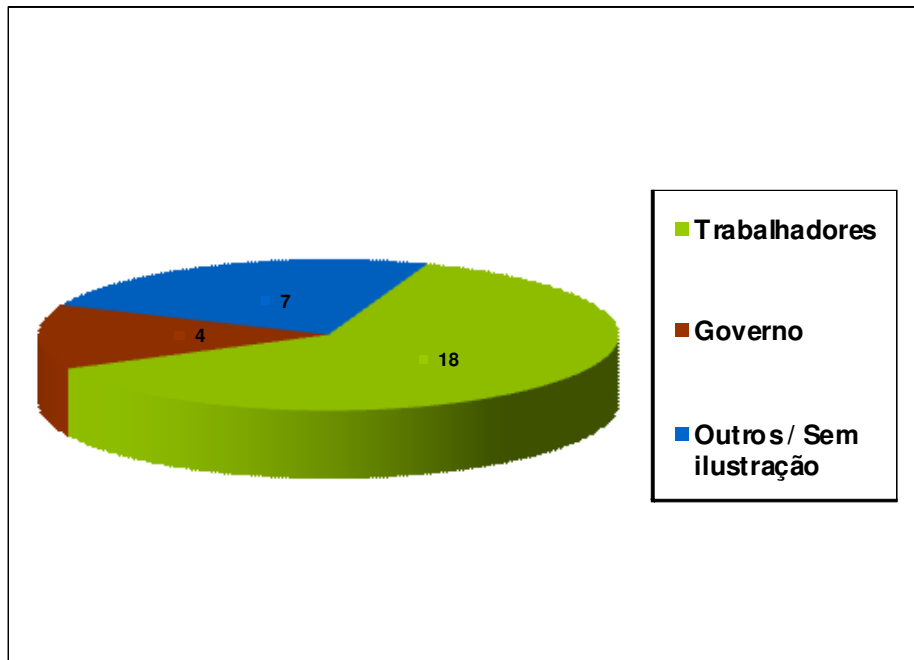


Gráfico 2 – Protagonistas das capas

No geral, a revista deu mais destaque aos trabalhadores e ao governo, deixou em segundo plano os empresários e contribuiu para a politização dos conflitos. Esta trouxe o assunto a debate e colocou-o na pauta de discussões, pelo menos de um grupo de interesse.

Já a posição da *Veja* em relação a eles variou no decorrer dos anos, como pode ser observado nos quadros 2, 3, 4 e 5, vistos adiante (p. 72-76). Mas, no fim, ela revela-se em maior parte das edições imparcial, cumprindo sua função de informação.

Quanto às técnicas de diagramação, a revista dá atenção especial à capa com fotos que falam por si só, algumas caricaturas e poucas fotos-montagem, principalmente as edições mais antigas que não disponibilizavam de recursos para artes gráficas como nos dias de hoje.

Quadro 2 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1964 a 1978

PARTE I [1964-1978] – REGIME MILITAR: OS ANOS DE CHUMBO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL (1974-1979)								
Fig	Ano	Data	Ed.	Ilustração	Tipo	Manchete	Ator principal	Posicionamento da revista
1	1977	14/09	471	Três operários	Caricatura	Redemocratização: e os operários?	Trabalhadores	A favor dos trabalhadores: Elogia a mobilização do trabalhador e fala da importância de sua inserção na nova ordem social.
2	1978	24/05	507	Sem ilustração	Tarja pequena vermelha no canto esquerdo superior	Greve: o primeiro teste	Trabalhadores	A favor dos trabalhadores: Tomou posição nitidamente favorável ao trabalhador, e apoiando a greve dos metalúrgicos.
3		31/05	508	Figura representando um operário de braços cruzados	Desenho	A agonia da Lei da Greve	Trabalhadores	A favor dos trabalhadores: Apóia a greve dos metalúrgicos e critica o governo no sentido de rever as leis das questões trabalhistas.
4		06/09	522	População de cara feia	Desenho	Escolas, bancos, hospitais, serviço públicos: Podemos conviver com as greves?	Trabalhadores e Cíveis	Imparcial Critica na verdade a banalização da greve, uma vez que começam a ter reflexos no dia-dia da população, mas não se opõe aos trabalhadores em geral.

Quadro 3 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1979 a 1989

PARTE II [1979-1989] – RUMO À ABERTURA POLÍTICA PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO (1980-1984)								
Fig	Ano	Data	Ed.	Ilustração	Tipo	Manchete	Ator principal	Posicionamento da revista
5	1979	28/03	551	Lula	Foto	Greve, impasse e a queda de Lula: confronto no ABC.	Trabalhadores e Governo	Imparcial Apenas informa que apesar da intervenção o governo estava disposto a conversar.

6	04/04	552	1º) Murilo Macedo, Ministro do Trabalho; 2º) grevistas	1º Caricatura; 2º Tarja pequena vermelha no canto superior com foto	1º) O governo e os sindicatos: diálogo depois do castigo; 2º) As lições da greve.	Trabalhadores e Governo	A favor dos trabalhadores: Diz que as greves deixaram importantes lições ao governo.
7	02/05	556	Manifestação do dia do trabalho	Foto	Os testes do 1º de maio	Trabalhadores	Imparcial: A revista critica apenas uma parcela de trabalhadores que faziam solicitações sem fundamentos, e expõe o lado do governo o qual não teria condições de atender todas as reivindicações de uma só vez.
8	09/05	557	Trabalhadores parando os transportes coletivos	Foto	O dia em que São Paulo parou	Trabalhador	Imparcial: Critica as greves que deixaram São Paulo um caos e critica o governo que não conseguia tomar um rumo e acabar com os movimentos.
9	16/05	558	Corda com nó	Foto	ABC, questão social e governo: vai desatar	Trabalhadores e Governo	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum dos atores e nem se manifesta a favor.
10	08/08	570	1º) Grevistas da CNS em Belo Horizonte; 2º) Fila nos postos de gasolina	Foto	1º) Belo Horizonte: a revolta dos peões; 2º) Postos sem gasolina, caminhões parados: dias de aperto	Trabalhadores e Governo	Contra os trabalhadores: Critica os trabalhadores de Minas Gerais pela violência e baderna e em outra reportagem os transtornos que a greve estava causando a população.
11	22/08	572	Tarja vermelha com pequena foto dos grevistas	Foto	Greves: o problema n.º 1	Trabalhadores e Governo	Contra os trabalhadores: Critica o desgaste das greves, principalmente em relação aos movimentos violentos e desordeiros que têm acometido o país.

12		07/11	583	Joaquim de Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.	Foto	Desgaste da greves	Trabalhadores	Contra os trabalhadores: Critica os trabalhadores pela má condução dos movimentos grevistas e o desgaste deles.
13	1980	02/04	604	Lula	Tarja pequena vermelha no canto superior com foto	Lula e o governo: teste de força no ABC	Trabalhadores – Lula, e governo	Contra os trabalhadores: A revista se posiciona contra os trabalhadores e diz que as greves assumiram uma posição mais política com disputa de poder. Critica principalmente Lula e a intransigência dos sindicalistas.
14		09/04	605	Lula discursando	Foto	Lula, o governo e a greve: o preço da intransigência	Trabalhadores – Lula, e governo	Contra os trabalhadores: A revista se posiciona contra os trabalhadores e diz que as greves assumiram uma posição mais política com disputa de poder. Critica principalmente Lula e a intransigência dos sindicalistas.
15		23/04	607	Lula	Tarja pequena com foto	Lula deposto	Trabalhadores - Lula	A favor do governo: Crítica principalmente Lula e a ele atribui a culpa do rumo das paralisações e elogia o governo que apesar de ter punido os sindicalistas, prontificam-se a conversar.
16		30/04	608	Soldado	Foto	O governo, a Igreja e o ABC: cerco aos sindicatos	Trabalhadores, governo e Igreja	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum protagonista.
17		07/05	609	Sem ilustração	Tarja pequena vermelha no canto esquerdo superior	ABC volta às fábricas	Trabalhadores	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum protagonista.

18	1981	04/03	652	Lula	Foto	Condenado	Trabalhadores	Contra os trabalhadores: Crítica o movimento grevista, pois diz que acabou se transformando num jogo político.
19	1984	25/07	829	Sala de aula vazia	Foto	Professores em greve – A universidade doente	Trabalhadores, governo e civis	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum protagonista.

Quadro 4 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1985 a 1989

PARTE III [1985-1989] – O BRASIL NO CAMINHO DA DEMOCRACIA PRESIDENTE JOSÉ SARNEY (198-1989)								
Fig	Ano	Data	Ed.	Ilustração	Tipo	Manchete	Ator principal	Posicionamento da revista
20	1985	08/05	870	Grevistas	Foto	O teste das greves	Trabalhadores, governo e empresários	Contra os trabalhadores: Crítica a crescente radicalização dos movimentos grevistas.
21		18/09	889	Grevistas bancários	Foto	A nova força da greve: os bancários param em todo o país, vencem e mudam o rumo da luta sindical	Trabalhadores	A favor dos trabalhadores: Elogia a organizada greve dos bancários.
22	1986	14/05	923	Almir Pazzianoto, Ministro do Trabalho	Foto	O governo e os sindicatos: os conflitos e o jogo do ministro Almir Pazzianoto	Trabalhadores e governo	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum dos atores e nem se manifesta a favor.
23		17/12	954	Jair Meneguelli, Presidente da CUT	Foto	Como a greve geral fracassou	Trabalhadores e governo	Contra os trabalhadores: Crítica o fato dos trabalhadores estarem usando a greve para protestar contra o plano econômico do governo. Coloca que essa pressão deveria ser realizada por outro meio mais apropriado.

24	1988	16/11	1.054	Um caixão	Foto	A tragédia de volta redonda: a história da vida e da morte de três brasileiros	Trabalhadores e governo	Contra o governo: Critica a violência do governo contra os sindicalistas, que terminou com a morte de 3 operários.
25		23/11	1.055	Trabalhadores com os braços cruzados	Tarja pequena amarela no canto superior com desenho	Greves: a lição que saiu das refinarias	Trabalhadores, governo e civis	Imparcial: Fala principalmente que o governo não sabe que rumo tomar para conter a greve dos petroleiros que estava prejudicando a população.
26	1989	22/03	1.072	Jair Meneguelli e frente aos grevistas	Foto	Chegou a hora dos salários: depois da greve, governos e empresários enfrentam a questão dos reajustes salariais	Trabalhadores governo e empresários	Imparcial: Não se contrapõe a nenhum protagonista.

Quadro 5 – Posicionamento da mídia frente aos protagonistas: 1990 a 2010

PARTE IV [1990-2010] – DEMOCRACIA PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2003) E LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-ATUAL)								
Fig	Ano	Data	Edição	Ilustração	Tipo	Manchete	Ator principal	Posicionamento da revista
27	1996	31/05	1.394	FHC com capacete de soldado	Foto-montagem	FHC peita a CUT	Trabalhadores e Governo	A favor do governo: Fica explicitamente ao lado do governo e é só elogios a FHC.
28	2007	04/04	2.002	Controladores aéreos de Manaus	Foto pequena na parte inferior	São Paulo, 30 de março de 2007: Apagão aéreo – a rebelião dos controladores	Governo e Civis	Contra o governo: Atribui a culpa do caos aéreo ao governo.
29		27/06	2.014	Sem ilustração	Tarja pequena vermelha no canto superior	Caos aéreo: somos vítimas de insubordinação dos controladores	Governo e Civis	Contra o governo: Atribui a culpa do caos aéreo ao governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo, foi possível constatar que a mídia dedicou grande atenção aos conflitos de trabalho ocorridos no Brasil, mas que variaram de acordo com o cenário político e econômico.

Com a abertura política do país no fim da década de 70, notou-se que a massa de trabalhadores voltou a se organizar para lutar por melhores condições de trabalho, e seguindo nessa linha de liberdade, os meios de comunicação também começaram a ganhar espaço.

Assim, houve uma explosão de movimentos grevistas, constatada a partir da análise das reportagens da Revista Veja – principalmente no fim dos anos 70 e meados de 80, os quais se tornaram um dos assuntos mais figurados no noticiário nacional, ou seja, interesse de todo o país. Dentre eles, não se pode deixar de citar, as greves do ABC Paulista, as precursoras e maiores responsáveis pela origem do “novo sindicalismo” e todas as conquistas decorrentes dele.

Disseminando as greves, a mídia exerceu importante papel junto à sociedade, já que esta passou a ter conhecimento do que acontecia no país em relação à grande crise das relações de trabalho, que influenciava negativamente na política do Brasil e principalmente no cotidiano dos cidadãos.

E dessas mobilizações se fortaleceu o sindicalismo, grande responsável na reconstrução da possibilidade de diálogo junto ao governo, contribuindo para a edificação da democracia, que veio a estabelecer as justas condições de trabalho que temos nos dias de hoje.

Desponta de tais condições, o direito à negociação coletiva, como alternativa à greve, que se adotado antes, poderia ter evitado muitos transtornos e prejuízos causados.

Interesses divergentes, principalmente quando se trata de trabalho e capital, são inerentes ao ser humano, e, portanto, a base do diálogo é sem dúvida a forma mais democrática e pacífica de regular as relações de trabalho e evitar conflitos, estabelecendo igualdade e paz social.

É importante ressaltar que o presente trabalho apresenta limitações de metodologia, tempo, bem como de fonte, pois analisa apenas uma revista, sem avaliar o conteúdo de outros veículos de comunicação.

Por fim, é importante salientar que este estudo não resolve questões, mas pelo menos aguça a imaginação e futuras discussões, bem como possibilita, através da história, diagnosticar os problemas e evitar futuros erros. Para propor soluções que sejam condizentes com nossa realidade é necessário, antes de tudo, entender o que se estabeleceu no passado.

REFERÊNCIAS

BAGDIKIAN, Bem H. **O monopólio da mídia**. 1 ed. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

BALDI, Mariana. ROT-NEGCOL - **Relações e organizações de trabalho**. Porto Alegre: [S.n.], 2010. (Apostila da disciplina Relações e Organizações de Trabalho), Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.eavirtual.ea.ufrgs.br/negcol> (Acesso restrito aos alunos deste curso, pela plataforma NAVI).

BRASIL. Constituição (1988). Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 16/08/2010.

_____. Lei n.º 4.330, de 1º de junho de 1964. Regula o direito de greve. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 29/08/2010.

CARNEIRO, Angela Maria *et al.* Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 45, p. 85-112, fev. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br>.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 20, n. 59, p. 113-170, out. 2005.

DELGADO, Maurício Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2008.

DIAS, Arcelina Helena Publio. **A greve dos metalúrgicos do ABC em 1980 - cobertura da grande imprensa nacional**. Comunicação e Sociedade, Ano 6, n.12, Out., 1984. (p.137 a 148)

DUSEK, André. A guerra à imprensa. **Revista Veja**. São Paulo, 18 de novembro de 2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/181109/guerra-imprensa-p-014.shtml>. Acesso em 07/08/2010.

GARCIA, Jesus Carlos Delgado. **Negociação coletiva de trabalho: do fordismo ao toyotismo**. São Paulo em Perspectiva 12(1). 1998.

GÓIS, Luiz Marcelo Figueira de Góis. **Princípios da negociação coletiva de trabalho**. Disponível em <http://www.calvo.pro.br/artigos/artigos.htm>. Acesso em 26/10/2010.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público.** São Paulo, SP: Contexto, 2006.

KILIAN, Dóris Krause. **Negociação coletiva de trabalho.** Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

LOPES, Fernando Dias. NEG3-NEGCOL – **Negociação 3.** Porto Alegre: [S.n.], 2010. (Apostila da disciplina Negociação 3), Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.eavirtual.ea.ufrg.br/negcol> (Acesso restrito aos alunos deste curso, pela plataforma NAVI).

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo.** São Paulo: Paulus, 2005.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história / Memória Globo.** - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Mediação: técnica auxiliar da negociação coletiva.** Disponível em <http://www.direitobrasil.adv.br/>. Acesso em 17/09/2010.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem.** 5. ed. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1993.

MISOCZKY, Maria Ceci. NEG1-NEGCOL – **Negociação 1.** Porto Alegre: [S.n.], 2010. (Apostila da disciplina Negociação 1), Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.eavirtual.ea.ufrg.br/negcol> (Acesso restrito aos alunos deste curso, pela plataforma NAVI).

MORAES, Denis. **O planeta mídia: tendências da comunicação na era global.** Campo Grande: Letra Livre, 1998.

RIBEIRO, Milton. Planejamento visual gráfico. 10. ed. Atual. Brasília: L.G.E., 2007.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SHINKAI, Marie. **Manipulação dos meios de comunicação de massa.** Periódico científico semestral editado pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, Brasil. Quais B3 Vol. 7, No 1 (2010) (p. 85 a 95)

SILVA, Rafael Sousa. **Planejamento visual gráfico na comunicação impressa.** São Paulo, SP: Summus, 1985.

SOUZA, Jorge. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2 ed. Porto, Portugal. Casa publicadora Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SKIDMORE, Thomaz E. Mario Salviano Silva (Trad.) **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra. 608p.
RIBEIRO, Milton. **Planejamento visual gráfico**. 10 ed. Brasília, DF: LGE editora, 2007.

TAHARA, Mizuho. **Mídia**. 8.ed. São Paulo: Global, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WRIGHT, Charles R. **Comunicação de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bloch, 1973.

PINHEIRO, Ivan Antônio. **Do projeto à monografia de conclusão de curso, texto 1**. Porto Alegre: [S.n.], 2010. (Texto da disciplina de Metodologia Científica), Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.eavirtual.ea.ufrgs.br/negcol> (Acesso restrito aos alunos deste curso, pela plataforma NAVI).

PLENSACK, Pêrsio. **Metodologia para negociação coletiva do setor municipal**. ISP Brasil, 2008. Disponível em <http://www.ispbrasil.org.br/publicacoes.html>. Acesso em: 15/09/2010.

Sítios

<http://www.suapesquisa.com/ditadura/>. Acesso em 19/08/2010.

http://www.outraleitura.com.br/web/artigo.php?artigo=333:A_engenharia_da_noticia. Acesso em 23/08/2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 23/08/2010.

<http://www.globo.com>

<http://pt.wikipedia.org>

<http://www.oit.org.br>. Acesso em 25/08/2010.

<http://www.vejamidiakit.com.br>

<http://www.veja.com.br>

<http://www.veja.com.br/acervodigital/>

**ANEXO 1: CAPAS, EDITORIAIS E REPORTAGENS DA REVISTA VEJA NA
ÍNTEGRA**